

ATA DA 20ª REUNIÃO PLENÁRIA DO XV PLENÁRIO DO CFP

Data: 16 de março de 2012 – Sexta-Feira.

Duração: das 13h48 às 20h36

- 1 – II Mostra Nacional de Práticas em Psicologia.
- 2 – CREPOP.
- 3 – Ato Médico.
- 4 – Plataforma Arouca.
- 5 – Diversidade Sexual.
- 6 – Informes sobre a situação financeira dos CRPs 02 e 03.
- 7 – Trânsito.
- 8 – Participação do CFP na Cúpula dos Povos.
- 9 – PLs de interesse da Psicologia.
- 10 - Democratização da comunicação.
- 11 – 1ª SINAIDEQ.
- 12 – Debate Online sobre Religiosidade e Psicologia.

DIRETORIA:

1. Clara Goldman – Vice-presidenta
2. Monalisa Barros – Tesoureira
3. Deise Nascimento – Secretária

CONSELHEIROS (AS):

4. Flávia Cristina S.Lemos
5. Heloiza Helena M. A. Massanaro
6. Maria Ermínia Ciliberti
7. Marilda Castelar
8. Ana Luiza de Souza Castro
9. Sandra Maria F. Amorim
10. Henrique J. Leal Ferreira Rodrigues
11. Roseli Goffman

AUSENTES:

1. Humberto Verona
2. Aluizio Lopes Brito
3. Ângela Maria P. Caniato
4. Ana Paula Porto Noronha
5. Celso Francisco Tondin
6. Adriana Eiko
7. Cynthia R. C. Araújo Ciarallo
8. Marilene Proença R. de Souza
9. Tânia Suely A. Brasileiro
10. Márcia Mansur Saadallah

Handwritten signatures and initials on the right side of the page, including a large signature and several smaller ones.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including 'OK', '1', and other illegible marks.

A conselheira Monalisa Barros iniciou a 20ª reunião plenária definindo a ordem de discussão da pauta, informando acerca da justificativa dos ausentes e apresentando o filme Matuto no Cinema.

II MOSTRA NACIONAL DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA. A conselheira Monalisa Barros apresentou um vídeo sobre a Mostra, presente do SINPSI de São Paulo em apoio ao evento. Relatou que a II Mostra está trabalhando em um GT ampliado com participação dos 20 conselhos regionais. Foi definido, na reunião do GT em fevereiro, que a semana de mobilização nacional seria do dia 05 a 16 de março. Distribuiu as camisetas da II Mostra e lembrou que os conselheiros receberam o material em casa. Apresentou um boletim informativo sobre a Mostra, em anexo, no qual consta o status da mobilização em alguns conselhos regionais. Chamou atenção para o fato de ter poucos trabalhos para a quantidade de pessoas inscritas e considerou necessária a colaboração de todos na mobilização para inscrição de trabalhos. Para isso, foi criado um novo vídeo sobre como inscrever trabalhos, que se encontra disponível no facebook do CFP e na página da Mostra. A conselheira informou que houve uma demanda dos CRPs, com relação à participação na Mostra, e foi decidido que esta se dará em dois espaços específicos; são dois espaços de meia hora na programação do palco, que estará na praça de alimentação, onde cada conselho regional deverá apresentar uma atração cultural representativa do estado. Além disso, cada CR deverá identificar qual é a produção solidária que possui e colocar a disposição das pessoas na tenda da economia solidária conjunta. Lembrou que houve a recusa do nome da Fernanda Montenegro, por este plenário, para o prêmio Paulo Freire, havendo a indicação da Leticia Sabatella, porém a curadoria não recebeu bem este nome e indicou Regina Casé, por considerar que ela representa melhor a cultura popular e o compromisso com a cidadania. Em relação à captação de recursos para a II Mostra, informou que a caixa Econômica Federal também poderá ser patrocinadora do CFP.

Monalisa Barros apresentou os informes sobre o seminário em Portugal. Disse que, conforme combinado, existe o indicativo de fazer um termo de cooperação internacional com os países de língua portuguesa e, para tal, o CFP iria em missão para Angola, Moçambique, Cabo Verde culminando em Portugal, no Congresso da Ordem Portuguesa. Ao fazer o levantamento do custo, verificou-se a inviabilidade de tal missão, pois somente passagens, sem hospedagem e diárias ficariam em 14 mil reais por pessoa. Diante disso, foi feito contato com cada um dos presidentes das ordens e das associações dos países de língua portuguesa e constatou-se que apenas Moçambique, por falta de condições, não estaria em Portugal por ordem do congresso. Então, em vez de pagar a ida do Brasil para a África, mobilizou-se a ida de Moçambique para

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signatures and initials]

Portugal da seguinte forma: Portugal ficou responsável pela hospedagem e inscrição no evento, o Ministério da Educação de Moçambique pagará as diárias e o Brasil financiará a passagem de Maputo a Lisboa (ida e volta) no valor de um mil dólares dividindo assim as despesas entre os três países, o custo diminuiu enormemente. Informou que o congresso de Portugal será do dia 18 a 21 de abril e será também promovido um seminário da psicologia na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) no dia 17 de abril, cuja programação é a seguinte: durante a manhã, cada país apresentará a forma que se organiza a psicologia no seu espaço. À tarde, haverá uma discussão sobre as estratégias de integração e a necessidade de cada país. Nesse momento ainda, haverá a assinatura do termo Brasil - Angola, Brasil - Portugal, Brasil - Cabo Verde e Brasil - Moçambique. Disse que a CPLP busca para a psicologia um termo de cooperação inter países, assim como já aconteceu com os advogados, ortopedistas e fisioterapeutas. À noite, haverá a cerimônia oficial de assinatura dos termos, que acontecerá na embaixada brasileira. O CFP terá como convidados todos os brasileiros que estiverem presentes e cada um dos países terá um número de convites que poderá levar. A conselheira informou que a comitiva brasileira chegará dia 16 de abril para participar desses eventos e que, a pedido de embaixada, ela própria e a coordenadora do CFP, Yvone Duarte, chegarão com uma semana de antecedência, em tempo hábil para cuidar da organização e tratar de todos os trâmites diplomáticos. Lembrou que a ida a esse Congresso já havia sido um convite de Portugal, a partir da visita da conselheira Sandra Amorim ao bastonário, Telmo Batista, da Ordem dos Psicólogos de Portugal.

A conselheira Monalisa Barros informou que foi feita uma reunião em fevereiro com os treze países filiados à ULAPSI, na qual se discutiu sobre a mobilização para a II Mostra na ULAPSI e que, durante o congresso da ULAPSI, em Montevideu no dia 24 de abril, participará de outra reunião, também para tratar da mobilização.

A conselheira Sandra Amorim questionou sobre a participação dos conselheiros na II Mostra.

A conselheira Monalisa Barros respondeu que há trabalho para todos e será preciso a colaboração de todos. Comentou que neste momento, a conselheira Marilene Proença está cuidando da exposição e que esta não será mais itinerante; ela acontecerá simultaneamente em todos os estados brasileiros. A conselheira Ana Luiza, juntamente com a CNDH, já está comprometida com a sala dos direitos humanos. Informou que são vinte praças, oito ocas, seis auditórios e que o evento conta ainda com a exposição solidária, sendo necessário ter um conselheiro responsável pela supervisão de cada sala e mais outras pessoas para dar apoio. Comentou que haverá uma sala sobre o corpo, e pensou no conselheiro Henrique Rodrigues para cuidar



dela. Além disso, tem também o prêmio monográfico, que está sendo cuidado pela conselheira Tânia Brasileiro, a pesquisa da Mulher que está sob a responsabilidade das conselheiras Marilda Castelar, Roseli Goffman e Clara Goldman, a conselheira Ana Paula Noronha está responsável pela sala da BVS-PSI e tem vários outros espaços, como a sala da Mostrinha, direcionada às crianças e à economia solidária, que foi pedido à conselheira Maria Ermínia fazer a supervisão, porém ela manifestou maior interesse em supervisionar a tenda Paulo Freire. A conselheira disse que havia listado uma missão para cada um dos conselheiros, mas como ainda faltam seis meses, pensou em fazer a distribuição em um período mais próximo. Informou que a II Mostra tem espaço para dez mil pessoas simultaneamente. Mostrou a quantidade de inscritos até o momento em cada estado e em alguns países como Portugal e Colômbia. Solicitou que os números atualizados fossem impressos e entregues aos conselheiros para que dessa forma seja possível cobrar empenho. Disse que o Rio de Janeiro está em 7º lugar em número de inscritos sendo que deveria estar em segundo. O prazo para inscrição de trabalho será estendido até maio.

Leomar Santana, funcionário do setor de informática, explicou como está sendo feito o processo de inscrição de trabalhos.

CREPOP. A conselheira Monalisa Barros apresentou a proposta de datas para realização dos debates online vinculadas às consultas públicas do CREPOP em 2012, em anexo. Disse que este calendário já foi enviado ao e-mail de todos os conselheiros, já foi apresentado para este plenário e não houve nenhuma opinião contrária, portanto foi considerado aprovado. Solicitou que cada conselheiro verifique onde seu nome foi citado a fim de tomar as devidas providências.

Em relação ao documento de Práticas Inovadoras de Alcool e Outras Drogas, a conselheira relatou que houve uma publicação de práticas inovadoras, em janeiro, cujo conteúdo aborda as comunidades terapêuticas dentro dessas práticas, que segundo a conselheira Maria Ermínia deverá ser retirada do site. Portanto, a conselheira Monalisa considerou necessário discutir essa questão na presença dos conselheiros (as) Celso Tondin e Maria Ermínia e até que isso aconteça sugeriu retirar a publicação do site. Apresentou Cibele Cristina Tavares de Oliveira, nova técnica do CREPOP, e informou que, neste ano, o CREPOP está na 4ª consulta pública e, até o final do ano, espera chegar a doze publicações.

JORNAL DO FEDERAL. A conselheira Ana Luiza Castro expôs preocupação quanto à qualidade do jornal e aos problemas fundamentais relacionados a ele. Disse que em função da dificuldade do tempo de circulação, do tempo para escrever as matérias e do tempo para o jornal chegar às casas dos psicólogos,

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'R', 'uc', 'AO', 'JL', 'SM', and '4']

está tentando trabalhar com temas mais aprofundados. Pensando no custo para produzir e postar o jornal, a conselheira considerou um problema grave o fato de ter poucos leitores e de o jornal não atingir os jovens psicólogos. Relatou que houve críticas de dois leitores de que o jornal estava muito a voz do CFP, sem abrir espaço para críticas e divergências. Apresentou a sugestão de apresentar trabalhos de outros psicólogos, mas que tenham a cara deste plenário. Pediu colaboração aos conselheiros na revisão das matérias pelas quais cada um tem afinidade e para pensar em outras formas de mídias para o jornal que atinja amplamente a categoria.

O conselheiro Henrique Rodrigues concordou com a conselheira Ana Luiza, no sentido de que esta mídia em papel é cara, pesada e não abrange a categoria. É necessário mudar, abrir espaço para atingir os psicólogos mais novos e pensar no custo benefício. Ponderou que os temas abordados no jornal são áridos e considerou interessante dar uma leveza à discussão, criar um espaço com a cara deste plenário, mas que tenha diálogo com a categoria. Ressaltou que é preciso pensar em uma direção diferente para o jornal. Sugeriu fazer o jornal do federal de forma online, no formato de um boletim mensal, com matérias mais curtas e pontuais a fim de mobilizar e causar interesse à categoria e fazer um link dentro do site do CFP para apresentação do jornal de forma mais completa. Defendeu o fim do jornal da forma como ele se encontra no momento.

A conselheira Monalisa Barros passou página a página do jornal, fazendo uma leitura do ponto de vista do psicólogo, reforçando que as matérias são mais voltadas para a política e menos para a prática do dia a dia do psicólogo. Considerou que o jornal melhorou muito, mas ainda não consegue dialogar com o psicólogo e que a pauta deveria ser feita mais voltada para a rotina da categoria.

A conselheira Sandra Amorim considerou necessário pensarem uma política de comunicação dentro do CFP de uma forma geral e em uma aproximação com a categoria. Em sua opinião o jornal deve ser mais dinâmico, objetivo, enxuto e mais frequente. Sugeriu incluir um caráter de orientação, tomando como referência alguns casos de processos éticos.

A conselheira Flávia Lemos concordou com o fato de o jornal não atender a demanda da categoria e com a sugestão do boletim online, com matérias mais atuais e dinâmicas, mas como uma ferramenta complementar. Não defendeu o fim do jornal impresso, pois a mídia eletrônica não é a realidade dos psicólogos de todo país, porém considerou necessário fazer algumas mudanças, uma diagramação mais chamativa propondo um debate maior e abordando as práticas do psicólogo.

Handwritten signatures and initials on the right side of the page, including names like 'Sandra', 'Flávia', and 'Monalisa'.

Handwritten initials 'UPB' and 'OK' at the bottom of the page.

A conselheira Monalisa Barros também não é favorável ao fim do jornal impresso e considerou interessante ter um aplicativo de leitura para celular e Ipad e o boletim precisa ter formato de jornal, como tem em vários outros jornais e revistas. Comentou sobre as mudanças das revistas Isto É e Veja que adotaram matérias mais curtas, utilização de Box, com destaques em negrito para as informações básicas e sugeriu adotar as mesmas estratégias. Elogiou o jornal do CRP 06 e falou em utilizá-lo como modelo.

A conselheira Deise Nascimento disse que o jornal apresenta muitas informações sobre as atividades que o CFP desenvolve, Considerou necessário apresentar essas informações, mas também deve incluir matérias relacionadas ao exercício profissional. Apoiou o jornal na forma impressa, considerando-o a ferramenta mais importante de comunicação com os psicólogos, porém concordou que ele está em um momento de ser repensado. Ressaltou que o CFP é portador de vários assuntos e informações de interesse dos psicólogos, que precisam ser repassados e abordados de forma que o profissional possa se identificar na sua área de atuação. Apresentou a sugestão de criar um espaço do leitor, um espaço para resenhas de livros e considerou interessante a questão do artigo e do articulista.

A conselheira Heloiza Massanaro opinou no sentido de ser importante manter o jornal em papel, mas também interessante a inclusão de outras mídias, sendo fundamental ampliar o alcance, ter opções e formas conforme preferência das pessoas. Atentou para o fato de o jornal do federal apresentar as pautas dos conselhos regionais, levando-os a participar e acompanhar a discussão. Pensou na possibilidade de envolver mais pessoas, profissionais de áreas específicas, garantir uma maior participação e aproximação com a categoria, constituir uma comissão, incluindo o pessoal que trabalha com o site para organizar e apoiar as discussões.

A conselheira Monalisa Barros lembrou que o plenário votou em ter uma comissão de comunicação formada pelas conselheiras Adriana Eiko, Ana Luiza Castro, Marilene Proença, Roseli Goffman e Clara Goldman para tratar do assunto e sugeriu efetivar essa comissão. Disse que poucos CRPs têm cumprido o protocolo deste Sistema de enviar aos conselheiros federais todas as comunicações referentes à sua região. Considerou necessário explicar na APAF que é importante que todos os conselheiros federais tenham a visão do todo. A conselheira informou que houve uma sugestão para que o jornal de julho seja uma edição especial em comemoração aos 50 anos da psicologia. Consultou o plenário e a sugestão foi aprovada por unanimidade.

A conselheira Ana Luiza mostrou a pauta do jornal nº 104 de fevereiro e março de 2012. O plenário debateu, apresentou sugestões e a pauta foi

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AF', 'AK', 'M', 'R', 'S', 'J', 'L', 'E', 'G', 'H']

definida conforme documento em anexo. (As sugestões apresentadas pelos conselheiros estão destacadas em vermelho).

Ao discutir sobre a página da América Latina, a conselheira Monalisa Barros considerou que a comitiva brasileira deverá ir para o congresso da ULAPSI com a missão de frequentar outras salas e identificar pessoas e temas interessantes para intercâmbio com o Brasil. Disse também que é preciso de um conselheiro na Mostra para a relação latino-americana. Consultou a conselheira Flávia Lemos, que aceitou a indicação.

O ponto foi concluído com os seguintes encaminhamentos:

- A edição do Jornal de julho será sobre os 50 anos da Psicologia.
- Trazer mais matérias para o debate, complementando a política, pois também estão formando demanda. Criar concomitantemente um boletim online, oferecendo com mais dinamicidade as informações.
- Criar um aplicativo para leitura em Ipad, celular e etc. Mudar o formato do boletim, com destaque para as informações principais. (utilizar o jornal do CRP-06 como modelo de formato).
- Ter uma página para prestação de contas das atividades do CFP, sem a finalidade da autopromoção. Ter um "Espaço do Leitor", artigos e reflexões acerca do conhecimento da psicologia que contribuem nos seus avanços metodológicos e éticos. Ter também resenhas de livros, que se identifique mais ao cotidiano do trabalho do psicólogo.
- Efetivar encaminhamento do Planejamento Estratégico de organizar uma comissão com as conselheiras Clara Goldman, Roseli Goffman, Marilene Proença, Adriana Eiko e Ana Luiza Castro.
- Na APAF de maio, explicar aos CRPs que os Conselheiros Federais precisam receber os jornais e boletins de todos os Regionais.
- Incluir no Jornal um espaço para orientação aos Psicólogos (exemplificando com situações que geraram processos éticos).

ATO MÉDICO. A conselheira Monalisa Barros informou que o Fórum dos Conselhos Profissionais da Área da saúde FCPAS, exceto a medicina, solicitou uma audiência com o ministro da saúde, mas foi atendido por um médico contrário ao ato, que acabara de assumir um cargo no ministério. Nesse momento, o FCPAS teve a oportunidade de dizer que o ato médico não atinge uma profissão individualmente, mas inviabiliza todas as políticas do próprio ministério. Disse que dentro do FCPAS, o CFP ficou encarregado de elaborar uma logomarca atualizada e um folder para o movimento contra o ato médico.

Mostrou a logomarca e esta foi reprovada pelo plenário.



A conselheira leu a minuta do texto para o folder, em anexo, e este também foi reprovado com o encaminhamento de ser reescrito pela ASCOM com a ajuda das conselheiras Sandra Amorim e Flávia Lemos, para ser apresentado na plenária de sábado, dia 17.03.

PLATAFORMA AROUCA. A conselheira Monalisa Barros informou que a conselheira Tânia Brasileiro encaminhou à diretoria o relatório da reunião solicitada pelo Conselho Federal de Medicina - CFM, na qual foi discutida a Plataforma Arouca. Nele consta que houve consenso da necessidade da Matriz Mínima, mas houve divergência em relação à forma que ela estará disponibilizada dentro da Plataforma Arouca e quanto à extensão dos dados que os conselhos terão que prover o ministério. Disse que há uma solicitação do CFM para uma segunda reunião, no dia 27 de março às 14h em Brasília e que nem a diretoria e nem a conselheira Tânia tem disponibilidade para participar. Disse que é necessário indicar um conselheiro para representar o CFP nessa reunião juntamente com o assessor jurídico e o coordenador do setor de informática do CFP e consultou a disponibilidade do plenário.

A conselheira Ana Luiza sugeriu consultar o conselheiro Celso Tondin.

DIVERSIDADE SEXUAL.

• **PDC 234/2011.** A conselheira Monalisa Barros apresentou o objetivo do ponto que é deliberar com o plenário quais providências o CFP deverá tomar no sentido de buscar a não aprovação deste PDC. Disse que o deputado Valmir Assunção (PT/BA) se manifestou contrário e propôs contatá-lo, bem como a deputada Érika Kokai, a fim de construir estratégias de enfrentamento ao PDC 234/2011. A proposta foi aceita pelo plenário e a responsabilidade pelos contatos ficou a cargo do conselheiro Celso Tondin e do assessor parlamentar Olmar Klich.

• **III MARCHA NACIONAL CONTRA HOMOFOBIA.** A conselheira Monalisa Barros expôs os objetivos do ponto.

➤ Verificar com este plenário a possibilidade de o CFP custear, mesmo que parcialmente, a vinda dos CRPs a Brasília para a III Marcha.

A conselheira Monalisa informou que não é possível, não há dinheiro destinado para este objetivo.

➤ Verificar com este plenário a possibilidade de criar a arte e confeccionar camisetas da psicologia para serem distribuídas para os conselhos regionais utilizarem na III Marcha.

Para este objetivo, a conselheira Monalisa disse que o apoio será dado dentro dos critérios estabelecidos, lembrando que as entidades da psicologia vinculadas ao FENPB recebem cinco mil reais de apoio além de participação

Handwritten signatures and initials: WB, EP, J 8, and others.

em mesas, e as entidades não vinculadas recebem três mil reais incluindo alguma participação.

INFORME SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS CRPs 02 E 03: A conselheira Monalisa Barros lembrou que, na plenária passada, foram expostos os problemas financeiros apresentados pelos CRPs 02 e 03, aos quais foram concedidos empréstimos emergenciais para possibilitar encerrar o ano de 2011. Informou que no CRP 02 a auditoria já foi realizada e no momento, está sendo realizada no CRP 03. Disse ainda que o CFP está solicitando prestações de contas mensais dos gastos desses dois conselhos para acompanhamento minucioso de cada um durante todo o ano de 2012. Informou que tanto o CRP 02 quanto o CRP 03 já prestaram contas dos meses de janeiro e fevereiro e que o CFP requereu informações mais detalhadas do CRP 02, pois as prestações de contas enviadas foram de saldo bancário e não do tipo de gasto feito pelo mesmo. Ressaltou que o intuito desse monitoramento é ajudá-los a sanar as dívidas e a não chegarem à mesma situação no final deste ano.

TRÂNSITO. A conselheira Roseli Goffman informou que foi feita a primeira reunião com o GT da APAF de Trânsito e Mobilidade Urbana, a qual contou com a presença de quase todos os representantes dos CRPs, da conselheira Ana Paula e da Andréa Nascimento. A reunião pautou a necessidade de cuidar do tema e foi marcada uma reunião presencial no dia 12 de abril para desenvolver o Seminário sobre a Psicologia do Trânsito em Trânsito, que será um seminário itinerante, o qual percorrerá todos os 27 estados do país, contando com a parceria do CFP e de todo o Sistema Conselhos. Falou do seminário itinerante pelos CRPs. Disse que, conforme deliberação da reunião, será encaminhada solicitação de parceria a todos os agentes governamentais de trânsito (DETRAN, CONTRAN, Conselhos Estaduais de Trânsito), e que é preciso tentar um entendimento, pois alguns CRPs têm pautas diferentes, umas mais avançadas, outras mais conservadoras. Foi deliberado, também, que cada representante dos CRPs buscará indicações do estado de ações governamentais, de movimentos sociais e de pessoas para fazerem o seminário. Disse que as deliberações da reunião do dia 12/04 serão apresentadas ao plenário para apreciação na próxima plenária. Julgou que a primeira reunião foi produtiva e que a organização do seminário está em andamento em todos os CRPs. Informou que a possível data para a realização do seminário é entre os meses de junho e julho. Apresentou os 4 eixos sugeridos pelo GT para o seminário:

- Eixo 1: Psicologia do Trânsito no Brasil e Mundo.
- Eixo 2: Mobilidade Humana e Avaliação (será discutido também avaliação de caráter preditivo e autonomia da categoria).
- Eixo 3: Marco Regulatório (Resoluções CONTRAN e CFP e o que precisa ser alterado nas resoluções).

- Eixo 4: Políticas Públicas e novas práticas (ir para além da avaliação psicológica; buscar garantir a participação da Psicologia no controle social; abordar a participação dos psicólogos no Detran, de modo que não se restrinja ao julgamento de processos; falar de práticas bem sucedidas para viabilizar políticas públicas). Neste eixo haverá também exposição de pôsteres ou folders, mostrando experiências bem sucedidas pelo Brasil, considerando as peculiaridades de cada região, de maneira democrática.

A conselheira disse que o CRP03 sugeriu, e o grupo acatou a proposta, de trabalhar com textos geradores. Foi combinado, também, que o seminário será fechado com assembleia ou plenária, para que os psicólogos peritos possam ser ouvidos.

A conselheira Clara Goldman ressaltou que apesar dessa ação não estar contemplada no planejamento estratégico, a ideia é abrir a discussão em todos os níveis, que o seminário seja nacional, abarcando todo o país e que funcionará como uma ação unificada a fim de traçar um perfil democrático para as questões do trânsito. Disse que o seminário será realizado com recursos do CFP e CRPs e não da conta divulgação, terá um palestrante para trabalhar cada eixo e que na próxima plenária serão apresentados nomes de palestrantes.

Após discussão, acordou-se os seguintes encaminhamentos:

- O CFP apoiará eventos regionais de trânsito enviando até 2 pessoas (palestrantes).
- Os eventos serão feitos em parceria com diversas entidades de trânsito (CONTRAN, Movimentos sociais e etc.).
- Dia 12 de abril haverá reunião presencial do GT para fechar a proposta.
- A proposta do GT será apreciada na plenária de 13 de abril para construir informe para a reunião de presidentes em maio.
- Os eventos não serão feitos com recursos da Conta Divulgação, mas sim pelo CFP e CRPs.

PARTICIPAÇÃO DO CFP NA CÚPULA DOS POVOS. A conselheira Monalisa mostrou o texto, em anexo contendo a programação. A conselheira Flávia Lemos explicou que a Cúpula dos Povos acontece paralelamente a Rio + 20, que a inscrição é aberta às instituições da sociedade civil, e as propostas podem acontecer de várias formas como simpósios, oficinas, stands, marchas, passeatas. Disse que é necessário discutir e definir a forma de participação do CFP.

A conselheira Roseli Goffman informou que recebeu a proposta do conselheiro do CRP 04 Ricardo Moretzshon, de o CFP levar à Cúpula dos

Povos uma mesa transdisciplinar para discutir trânsito e mobilidade urbana. Consultou se a plenária tem interesse em convocar um trabalho ou fazer uma mesa sobre o tema com profissionais diversos: arquitetos, sociólogos, engenheiros, psicólogos e outros. Relatou sobre uma manifestação em prol de um transporte de qualidade ocorrida em São Paulo pelo movimento social chamado Fora do Eixo. Disse que tem sido convidada para várias reuniões no Rio de Janeiro, mas não tem disponibilidade para participar, considerando necessário centralizar em algum conselheiro, pois a Cúpula dos Povos acontecerá em junho.

A conselheira Clara Goldman refletiu sobre o que é interessante para o CFP levar para o debate, qual o foco e a linha mestra para a discussão e também sobre qual recorte no trânsito poderá agregar e qualificar a discussão num projeto como a Cúpula dos Povos. Ponderou que trânsito e mobilidade urbana é um tema interessante, mas é preciso identificar pontos que possam ser potencializadores da discussão social e ambiental. Considerou necessário entender que não basta levar um tema de interesse apenas da psicologia, mas sim de toda a sociedade.

A conselheira Monalisa Barros ressaltou que o CFP tem interesse em participar na perspectiva de uma discussão que seja de interesse da sociedade, propondo o tema psicologia e planejamento urbano. Informou que há 150 delegações, com 97 chefes de estados confirmados para o evento Rio + 20.

A conselheira Flávia Lemos sugeriu temas que dialoguem com o desenvolvimento sustentável inclusivo, que perpassam as políticas sociais, as políticas públicas, os movimentos sociais, a educação popular e outros. Considerou que esse tema é a tônica do debate mundial. Sugeriu também o tema mulher, trabalho, preservação do meio ambiente, saúde, direitos humanos, povos indígenas, bem como questões relacionadas aos grandes projetos, como, por exemplo, Belo Monte. Tudo na perspectiva da ecologia política e subjetividade.

A conselheira Clara Goldman apresentou a sugestão de abordar as dimensões subjetivas dos afetados por desastres compartilhando com as questões ambientais; mudanças climáticas e com a organização política dos afetados. Levar esse tema para uma discussão coletiva junto ao Fórum de Mudanças Climáticas, a outras entidades ambientais, ao Movimento Nacional dos Afetados por Desastres e convidar também o Ministério das Ciências e Tecnologia. Disse que é preciso conhecer a organização do evento e pensar em um estande convergente com participação das entidades parceiras e oficinas, mesas ou simpósios. Falou que é preciso contemplar todas as possibilidades e reforçou a importância da presença do CFP, mas não sozinho, sugerindo



convidar o FENPB e verificar a participação dos CRPs. Solicitou pautar o assunto na próxima reunião do FENPB com o objetivo de combinar o que significa a presença da psicologia na Cúpula dos Povos e não somente do CFP, bem como entender quais são as possibilidades e modalidades de participação. Solicitou à COTEC, ao NAPG e à conselheira Roseli que organizem o material, recolham contribuições do FENPB a fim de elaborar o formato final dessa participação. Disse que é preciso tipificar mais as temáticas.

A conselheira Roseli Goffman disse que o CFP precisa se articular e entender qual é o espaço do evento. Relatou que há movimentos no Rio de Janeiro que estão crescendo por causa das desapropriações para a copa, o que é um grave problema e que na copa haverá tribunais de exceção, que são núcleos de julgamentos rápidos que tratam de questões de remoções e questões criminais; são tribunais de rua. Sugeriu avaliar a possibilidade de convidar o CRP do RJ para ajudar o CFP nessa tarefa e considerou a Cúpula dos Povos um bom espaço para tratar de questões urbanas.

Pela discussão, a conselheira Clara entendeu que o foco deverá relacionar-se aos temas direitos humanos, preservação ambiental e as dimensões subjetivas dessa relação.

A conselheira Monalisa sugeriu abordar o tema central da II Mostra: "A psicologia e o compromisso com a construção do bem comum", pois é um tema transversal às intervenções do CFP e dentro dele trabalhar subtemas. Disse que é preciso definir a forma de participação.

O plenário acordou que é necessário ter uma base física; um estande. Houve consenso em focalizar no tema da II Mostra "A Psicologia e o compromisso com a construção do bem comum" (Cultura, coletividade e sustentabilidade), e subtemas. Após discussão, definiu as seguintes mesas e conselheiros responsáveis:

- Mesa: Mudanças climáticas e a dimensão subjetiva dos desastres. Responsável: conselheira Clara Goldman.
- Mesa: Caos urbano e subjetividade: os processos de gentrificação e as contribuições da Psicologia. Responsável: conselheira Flávia Lemos.
- Mesa: Direito humano à mobilidade, crimes de trânsito e meio ambiente (chamar Orquestra de Bicicleta para distribuir folders de eventos do CFP). Responsável: conselheira Roseli Goffman.
- Mesa: Populações tradicionais e cultura: a dimensão subjetiva do desenvolvimento sustentável. Responsável: conselheira Marilda Castelar.



A conselheira Clara Goldman reforçou que este é um projeto do CFP, no qual o estande levará a marca dos 50 Anos da Psicologia Brasileira, mas que o estande seja disponibilizado para o FENPB e para os CRPs, avaliando a possibilidade de ações conjuntas. Sugeriu elaborar um documento aos CRPs informando que o CFP estará presente na Cúpula dos Povos e que há possibilidades de parcerias políticas para ações conjuntas.

A conselheira Roseli Goffman falou em divulgar os 50 Anos da Psicologia, a marca do CFP, distribuir material, livros, publicações do conselho, pois esse evento será um espaço de grande visibilidade.

A conselheira Clara Goldman disse que é necessário ficar atento e acompanhar a programação. Indicou a conselheira Roseli para ser a responsável pelo estande e caso a data coincida com a plenária, a participação do CFP deverá ser revista. Propôs a realização de um seminário reunindo as 4 mesas, pois dessa forma é mais fácil negociar alteração de datas e levar o máximo de pessoas do Rio de Janeiro. Considerou 3 pessoas para cada mesa, sendo um coordenador e dois palestrantes e necessário já fazer o bloqueio de reservas para 20 pessoas. Lembrou que a inscrição de mesas vai até o dia 22 de abril, por isso é preciso que até o dia 30 de março, as propostas estejam prontas e que os resumos das mesas sejam enviadas ao NAPG. Propôs uma reunião telefônica com os 4 conselheiros responsáveis pelas mesas no dia 02 de abril para apresentar as propostas e definir as indicações.

Além da definição das mesas, ficaram acordados os seguintes encaminhamentos:

- Estande do CFP, oferecendo espaço ao FENPB e aos CRPs (pautar para a próxima reunião do FENBP), com a marca dos 50 anos da profissão. Distribuir materiais do CFP, da Mostra, camisetas, vídeos e etc. Responsável: conselheira Roseli.
- Fazer documento aos CRPs, falando da possibilidade de parcerias para ações conjuntas na Cúpula dos Povos.
- Seminário reunindo as mesas (duas de manhã e duas à tarde).
- Levar o máximo de pessoas do Rio de Janeiro. Já fazer o bloqueio de 20 reservas. Conselheiros responsáveis enviarem resumos das mesas até o dia 30 de março para o NAPG.
- Fazer reunião telefônica no dia 2 de abril, segunda-feira, para fechar os convidados para as mesas. Participantes: Henrique, Roseli, Marilda, Clara e Flávia.

PLs de INTERESSE DA PSICOLOGIA.

- **MP 557/2011.** A conselheira Roseli Goffman relatou que a MP 557/2011, que está ligada ao projeto da Rede Cegonha, do governo federal e que é o cadastramento das mulheres grávidas, tem sido uma discussão bastante constante, a qual já esteve neste plenário. Disse que o movimento feminista está agitado desde dezembro, pelo fato da retirada da palavra nascituro da lei, sendo esta palavra geralmente ligada à defesa de direitos do nascituro e não da mulher cuja barriga abriga-se esse nascituro. Este é um ponto de vista que desloca a questão da gravidez para valorização do feto e não da garantia dos direitos da mulher. A conselheira expôs que segundo a presidenta Dilma Rousseff, a proposta era cair todo o projeto e não somente a retirada do termo nascituro, porque ele seria uma repetição de ações já existentes dentro do SUS e que seria uma maneira inadequada de aplicar os recursos e as forças do governo. Disse que após pautar a MP557/2011 nesta plenária, buscou acompanhar o andamento dos projetos que defendem e os que infringem os direitos da mulher, verificando que existem seis projetos em defesa e vinte e sete que infringem esses direitos. Informou que um CRP solicitou uma consulta, dizendo que a alteração do código penal em tramitação pelo senado e pela câmara federais legitima o aborto até quatro meses de gravidez. Ressaltou que há indicações de que quando houver a continuidade desse projeto, será necessária uma avaliação psicológica ou uma avaliação médica para o diagnóstico de capacidade para a mulher ter o filho. Avaliou que esse é um tema muito importante, que passa pelo debate da descriminalização do aborto e pelo debate das forças conservadoras.

A conselheira Maria Erminia relatou que a rede Cegonha, criada no início deste governo, foi muito criticada pelos movimentos feministas e que a Política Nacional de Saúde da Mulher, do governo Lula, a qual o CFP apoiava, foi mantida. Esclareceu que oficialmente há a rede Cegonha, mas tal política não foi revogada. A MP foi lançada sem discussão com o movimento social, e, no Fórum Social Mundial, a presidenta Dilma Rousseff revogou o ponto do nascituro. Foi feita uma discussão no GT do Conselho Nacional de Saúde (CNS), o qual avaliou a MP e fez uma sistematização dos pontos, verificando que esta medida não serve para nada e que há pontos preocupantes. Disse que o CSN apresentou um documentos com posicionamentos de várias entidades sobre a MP, sendo 90 por cento contrários e a posição favorável da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Citou os pontos contrários e ressaltou que o CFP é contra a MP. Informou que a ASCOM/CFP fez a sistematização detalhada de todos esses posicionamentos e que está disponível, caso algum conselheiro queira conhecer melhor o assunto. A conselheira esclareceu que todas as portarias estão a ser construídas e que, na segunda feira, dia 19 de março, elas começam a ser debatidas. Então a

af
A
smf
BR
me
JM
14
A
ep
g

ideia é agilizar nos próximos três a quatro meses uma negociação com o ministro da saúde. Disse que a estratégia é fortalecer a Comissão Intersectorial de Saúde da Mulher (CISMU) e fazer um grande seminário, ainda no primeiro semestre deste ano, chamando os conselhos estaduais de saúde e das capitais, a fim de fortalecer a rede do ponto de vista do controle social. Explicou que o CFP não é membro da CISMU e ainda não pediu para ser convidado. Considerou fundamental que o CFP seja parte e sugeriu informar à comissão de Saúde da Mulher do CNS que o CFP deseja ser convidado para a reunião dia 19 de março com o ministro da saúde que tratará sobre os próximos passos da MP.

A conselheira Marilda Castelar informou que o CFP está sendo convidado a um seminário do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) sobre a saúde da mulher no dia 27 de março de 2012, e se dispôs a participar.

A conselheira Maria Ermínia esclareceu que o trabalho do GT se encerrou e considerou interessante avaliar quais as estratégias de aliança com o movimento feminista para continuar debatendo a MP. Do ponto de vista político, o CFP deverá se posicionar contrário a MP em qualquer situação.

A conselheira Clara Goldman considerou importante politicamente, que o CFP estenda sua preocupação a respeito da MP para o conjunto da categoria, pois há um contingente imenso de psicólogos que trabalham com a questão da saúde materno infantil. Sugeriu ir posicionando a categoria, para que não fique apenas no nível de conselheiros e assim, dar uma maior transparência para as discussões.

A conselheira Roseli Goffman falou de um e-mail da Betânia do SOS Corpo, que convida o CFP para uma parceria na divulgação e realização desse debate em Fortaleza, no Rio de Janeiro e em Recife, em abril de 2012 e que precisa dar uma resposta. Concordou que as pessoas precisam ser informadas pelo CFP sobre o que está acontecendo e considerou interessante aproveitar esse evento para fazer um piloto nos CRPs 02, 05 e 11, divulgando para os psicólogos e esclarecendo dúvidas.

A conselheira Clara reforçou que o convite é para ajudar na divulgação e que deve ser repassado aos conselhos regionais.

A conselheira Marilda Castelar considerou necessário encontrar portas de entrada para dialogar com as psicólogas e que o CFP deve se apropriar do que está acontecendo, deve participar desse debate e se posicionar com apoio da categoria. Sugeriu que a conselheira Maria Ermínia faça um relatório sobre o trabalho que já foi feito para que o CFP possa fazer interface de maneira

tranquila com as demais áreas; mulher, educação, trânsito, criança e adolescente, esporte e outras.

A conselheira Maria Ermínia opinou no sentido de que o CFP não deve falar da MP do ponto de vista da lei e sim da atuação do psicólogo em relação a todas as questões técnicas abordadas. Disse que a mobilização da MP está sendo muito bem feita pela rede feminista e o CFP deve estar junto, apoiando o que a rede apresentar no congresso. Para atuar dentro do CNS a conselheira ponderou que é preciso disponibilidade e que não a tem. Considerou necessário ter uma posição clara e fundamental ter uma proposta concreta para apresentar ao Ministério.

A conselheira Monalisa Barros lembrou que, em janeiro, essa MP foi discutida, o CFP produziu uma nota de repúdio, a qual foi aprovada e publicada no site no dia 27 de janeiro de 2012. Informou que na reunião de diretoria foi discutida a questão da saúde, com a participação da conselheira Maria Ermínia, na qual conclui-se que este plenário ainda não lidou de forma concreta com tais questões. Então definiu-se que o CFP trará para o plenário uma pessoa para falar sobre saúde pública e sobre todo o funcionamento do CNS. Disse que é uma proposição primordial de que o CFP entenda que a saúde perpassa todas as ações e que não pode ser de responsabilidade de um conselheiro, sendo preciso outras pessoas para dar direção a essas questões. Sugeriu suspender a discussão, pois ela está diretamente ligada a outros temas que este plenário precisa entender. Considerou que a discussão da saúde não pode acontecer de forma fragmentada, deve ser tratada de uma forma ampla, numa discussão maior. A proposta é convidar Lumena Furtado para fazer essa discussão com todo este plenário e, depois dela, apresentar o resultado de um trabalho do psicólogo Moacir que poderá indicar onde cabe a atuação do psicólogo dentro de cada ação do Plano Nacional de Saúde. Depois disso, o CFP terá condições de avaliar o planejamento estratégico, mudar o foco e a forma de lidar com as ações e contribuir para a inserção do psicólogo dentro desses temas.

A conselheira Clara Goldman expôs que uma das preocupações manifestadas na reunião de diretoria foi em relação à multiplicidade das temáticas da saúde e às condições, ainda incipientes, de participação do CFP para dar conta de todas as demandas, ao mesmo tempo em que a conselheira Maria Ermínia não se sente suficientemente embasada para determinadas lutas políticas, pois não foram discutidas com profundidade por este plenário. Há ainda o fato de que o planejamento estratégico foi prejudicado quando no ano passado, se apresentou a questão da saúde posterior ao fechamento. Foi decidido pela diretoria convidar a Lumena Furtado e o Moacir para discutirem a questão na 22ª plenária, no dia 04 de maio, sexta-feira. Considerando que as alterações do código penal serão ainda discutidas e não acontecerão

imediatamente, a conselheira apontou que a sugestão é suspender até maio a discussão sobre o cadastro e instalar neste plenário um debate sobre a participação do psicólogo na avaliação psicológica para interrupção da gravidez.

A conselheira Marilda Castelar ponderou que há questões que precisam ser tratadas antes de maio. Disse que as demandas que surgem no campo do CNS surgem também no campo do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.


A conselheira Maria Ermínia sugeriu aos conselheiros que quiserem se apropriar da questão, pegar o kit dos protocolos; seis cadernos, na área da saúde da mulher do Ministério da Saúde, considerando ser necessário um mês para ler todo o material. Informou que o Ministério da Saúde do Brasil está fazendo termo de convênio com o Uruguai, a fim de conhecer a forma como este país está lidando com a questão do acolhimento e do aborto na rede de saúde. Ressaltou que o Uruguai avançou mais que o Brasil nessa questão após a descriminalização do aborto.

A conselheira Maria Ermínia ponderou que a posição do movimento feminista é importante e que o CFP deve apresentar a ele as preocupações que tem em relação às avaliações e as questões que não quer que aconteçam. Afirmou que o CFP precisa se posicionar e aprofundar as questões políticas com as parcerias, dialogar com a rede e não decidir sozinho. Sugeriu algum conselheiro, indicando a Marilda Castelar, para dialogar com a rede feminista.

A conselheira Clara opinou no sentido de que é gritante colocar um suposto saber em cima de duas profissões; medicina e psicologia, e relatou que em outros países há grupos multiprofissionais a serviço do apoio à decisão da mulher de interromper ou não a gravidez. Refletiu se a medicina e a psicologia são suficientemente potentes para fazer essa avaliação e para avançar nos direitos da mulher. Questionou o porquê de essa questão estar apenas na avaliação psicológica ou na avaliação médica e não no viés social, o que talvez possa empobrecer a decisão da mulher.

A conselheira Sandra Amorim concordou que a mulher precisa de um conjunto de informações e assim ter autonomia para decidir. Disse que a psicologia não tem parâmetros bem estabelecidos para avaliar a capacidade da mulher para a maternidade.

A conselheira Monalisa ponderou que o CFP encontra dificuldades nas questões da saúde, não somente em relação à mulher, pois dentro da própria psicologia há divergências. Por isso é necessário encontrar um caminho do meio, mantendo a coerência na luta pelos Direitos Humanos, mas sem perder de vista o que a categoria espera deste conselho; orientação sobre as práticas.



Ressaltou que é preciso ponderar as ações deste plenário, que ficaram eminentemente políticas e afastadas do campo profissional.

A conselheira Roseli Goffman disse que é preciso se debruçar sobre o código de ética e formular, a partir dele, o procedimento para a avaliação psicológica para interrupção da gestação e que o CFP precisa se posicionar a fim de orientar os profissionais.

A conselheira Clara Goldman sugeriu levar essa pauta à reunião com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Antes de orientar a categoria, a conselheira disse que primeiro é preciso um posicionamento do Sistema Conselhos em relação ao aborto e este tema ainda não foi pautado. Considerou que o CFP não pode ser pautado pelo que o Estado e o Governo diz e que essa discussão não é somente do plenário do CFP e sim uma discussão política de movimento e de entidades, pois implica em mudança radical de posicionamento e de estratégias dentro das políticas públicas. Propôs remeter essa pauta para uma discussão política maior. Lembrou que o CFP já aprovou, em Plenária, a descriminalização do aborto, porém, não foi aprovado em APAF.

Como haverá um seminário, a conselheira Maria Ermínia sugeriu rearticular e ampliar a discussão com o movimento feminista e propôs, também, pautar, para uma próxima plenária, o tema "Sistema de Orientação", contemplado no planejamento estratégico, a fim de rever e adequar a política de orientação do CFP com as diversas políticas e atuação do psicólogo.

O conselheiro Aluizio Brito foi convidado a colaborar na construção de encaminhamentos para essa proposta.

Os encaminhamentos acordados foram:

- A discussão sobre política da saúde da mulher será pauta da discussão sobre os temas da Saúde. Lumena Furtado será convidada para fazer a discussão na plenária de maio, e definir encaminhamentos relacionados à saúde, posteriormente.
- Encaminhar demanda do SOS Corpo para divulgação do Seminário, para CRPs 02,05 e 11.
- Dialogar com movimento social acerca da alteração do Código Penal em relação ao aborto (por meio da Marilda no seminário do dia 27, no CNDM).
- Incluir essa discussão na pauta da reunião da diretoria com o CFESS.
- Discutir na próxima plenária: revisão da política de orientação que já está no planejamento estratégico (Ermínia e Aluizio).

- **PLs sobre internações voluntárias.** A conselheira Maria Ermínia lembrou que, na plenária passada, foi decidido priorizar e acompanhar os projetos de lei de interesse das comissões. Apontou que, para a comissão de saúde, os PLs prioritários estão relacionados à grande modificação das internações compulsórias.

A conselheira Clara Goldman esclareceu que a solicitação deste ponto é o acompanhamento dos PLs de interesse da psicologia, mas que, até o momento, não surtiu em nenhuma ação política mais efetiva. Considerou ser necessário fazer um levantamento de todos os PLs significativos nas diversas políticas e traçar um plano de ação, juntamente com Olmar Klich, assessor parlamentar do CFP. Como apenas a conselheira Maria Ermínia apresentou o PL de interesse da comissão da saúde, reiterou a solicitação para atualizar a posição de cada PL dentro das comissões e pautar para a próxima plenária.

DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO. A conselheira Roseli Goffman apresentou um convite do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), para um seminário no dia 30 de março, em São Paulo. Explicou que o seminário será uma campanha para o marco regulatório, no qual estarão presentes todos os representantes de entidades que trabalham com pesquisas e campanhas. Informou que o FNDC formalizará um pedido de apoio financeiro.

O plenário autorizou o apoio financeiro habitual oferecido às entidades parceiras.

1º SINAIDEQ. A conselheira Clara Goldman apresentou o convite para o CFP participar do 1º Simpósio Nacional sobre Internação em Dependência Química, que será realizado nos dias 22 e 23 de junho de 2012 em São José do Rio Preto/SP. O convite encontra-se anexo. A conselheira disse que é preciso avaliar, pois se trata de uma empresa privada, e o combinado é que o CFP participaria sempre de eventos promovidos por entidades públicas.

O plenário avaliou e concluiu que o CFP aceitará o convite se não precisar ter despesas com sua participação e convidará um representante de São Paulo. Foi sugerido convidar Elisa Zaneratto ou Marília Capone para representar o CFP, tarefa que ficou aos cuidados da conselheira Heloisa Massanaro.

DEBATE ONLINE PSICOLOGIA E RELIGIOSIDADE: A conselheira Marilda Castelar informou que está circulando, na lista do CFP XV, uma nota da Rede Feminista de Saúde dos Direitos Sexuais e Reprodutivos do Rio Grande do Sul

sobre a questão dos símbolos religiosos nos locais públicos e como essas questões tem interferido nas políticas públicas. Para o seminário Psicologia e Religiosidade, a conselheira considerou importante o CFP estar munido de todas as questões legais que estão acontecendo e de todas as questões religiosas que interferem nas práticas vigentes das políticas públicas, incluindo os espaços de atuação do psicólogo.

A conselheira Clara Goldman ponderou que o ponto foi motivado, não só pela laicidade do Estado, mas pelo que está efetivamente acontecendo na psicologia cristã, sendo esta a centralidade da discussão. Ressaltou que a proposta é buscar as possibilidades de apresentar várias posições em um debate público. Disse ser necessário pensar temas e palestrantes para o debate online.

A conselheira Maria Ermínia avaliou que é preciso garantia para que os psicólogos indicados para o debate não venham a sofrer processos éticos.

O conselheiro Henrique Rodrigues propôs que essa discussão seja mais no sentido orientador acadêmico, pois dessa forma protege o palestrante. Indicou o nome do Norberto Abreu da UNB e considerou importante ter na mesa, vertentes diferentes e uma pessoa para discutir o código de ética da psicologia e mostrar a diferenciação entre a psicologia e a religiosidade.

A conselheira Flávia Lemos indicou os professores Abílio da Costa Rosa e Silvio Benelli, ambos da UNESP. Sugeriu abordar a religiosidade em termos da produção da saúde.

A conselheira Marilda Castelar indicou Luana Silveira, membro do Movimento da Luta antimanicomial.

A conselheira Monalisa Barros opinou no sentido de que a linha do debate deverá ser norteadada pela nota pública sobre psicologia e religiosidade do CFP, ressaltando que a psicologia não é contrária a religião e considerar também a nota pública elaborada pela Associação de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos, que é convergente com a opinião do CFP.

A conselheira Clara questionou se a linha é trazer os opostos para a discussão ou se é trazer pessoas que tenham o mesmo pensamento do CFP.

Monalisa Barros considerou que este primeiro debate deveria ser esclarecedor sobre a posição do CFP, contando com parceiros que explicitem essa posição de forma mais clara, ressaltando o papel orientador do Conselho e garantidor do cumprimento do código de ética.

A conselheira Maria Ermínia expressou que o desafio é trabalhar a dimensão da religiosidade em relação ao ser humano e a subjetividade, e para

Handwritten signatures and initials on the right margin, including "TR", "SM", "HO", "MC", "YSL", and "e 20".

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including "YB", "A", "CR", "L", and "e 20".

isso indicou Madel Luz, porém se não estiver bem claro o que abordar, sugeriu fazer uma oficina interna, não um debate online. Manifestou preocupação deste plenário não ter base suficiente sobre a dimensão dessa questão para um debate online.

Dentro desse tema, a conselheira Roseli Goffman considerou interessante não só fazer o seminário online, mas também convidar, além de profissionais da academia, alguma pessoa que tenha reconhecido exercício de prática profissional, de preferência um padre psicoterapeuta, para debater e esclarecer o plenário sobre como essa questão acontece na prática profissional.

Para evitar conflitos, a conselheira Flávia Lemos propôs convidar lideranças religiosas diversas, ao invés de chamar psicólogos que usam os instrumentos religiosos.

A conselheira Monalisa concordou que não devem ser convidadas apenas pessoas da academia. Considerou que com o debate online essa discussão poderá se desdobrar em questões mais aprofundadas.

O conselheiro Henrique Rodrigues ressaltou que a discussão deve ser focada na prática profissional do psicólogo e que o tema precisa ser discutido na formação básica do psicólogo. Salientou que é necessário ter clareza de como encaminhar a questão.

Em relação ao tema proposto para o debate "Psicologia e Religiosidade", o plenário avaliou, fez sugestões e chegou-se ao tema "Psicologia, Ética e Religião".

Em relação a linha do debate, a conselheira Deise Nascimento disse que o VII CNP já discutiu o tema e apontou duas linhas: uma é discutir, dentro do processo do exercício profissional, a psicologia e o caráter laico do Estado e outra é discutir a psicologia em relação aos fenômenos da religiosidade. Sugeriu construir a discussão estabelecendo essas duas linhas.

A conselheira Sandra Amorim considerou que a discussão deve ser fechada no sentido da orientação.

A conselheira Clara Goldman propôs solicitar as pessoas indicadas para o debate, textos que possam constituir em uma publicação complementar que ela faça a discussão da religiosidade, incluindo a laicidade do estado, mas que a ética seja o foco neste momento. Dessa forma, considerou ser possível trabalhar a orientação em uma perspectiva dialogada, por meio do debate online. Disse que para o debate na linha da ética, há parâmetros e dispositivos que amparam uma discussão orientada e depois construir uma publicação para uma discussão mais aprofundada sobre o tema.

A conselheira Flávia Lemos disse que é importante discutir a atuação do psicólogo em instituições de políticas sociais e religiosas, como os abrigos para idosos e crianças.

Após discussão o plenário acordou o nome de Pedro Paulo para coordenar o debate, e as conselheiras Flávia Lemos e Sandra Amorim coordenarão a publicação dos textos. O ponto foi concluído com os seguintes encaminhamentos:

- **Data:** Verificar com Pedro Paulo.
- **Tema:** Psicologia, Ética e Religião.
- **Linha de debate:** De acordo com a nota do CFP sobre Psicologia e Religiosidade (considerar também nota da Associação de Psicólogos Cristãos). Considerar teses do VII CNP sobre o assunto (o estado é laico / a religiosidade é uma dimensão das pessoas a ser considerada).
- **Palestrantes:** Pedro Paulo coordenador. Norberto Abreu (UNB), 1ª opção - Abílio da Costa Rosa (UNESP), Sílvio Benelli (UNESP), Luana Silveira (Luta antimanicomial), Maçel Luz, Nelson Felici.
- Produzir publicação abordando a laicidade do estado, a ética na prática profissional e etc. Responsável: conselheiras Flávia Lemos e Sandra Amorim.
- Discutir no debate online a atuação dos psicólogos em instituições de políticas sociais religiosas (abrigos e etc.).
- Discutir no debate online como a abordagem da religião entra na formação.

A conselheira vice-presidenta Clara Goldman encerrou a reunião às 20h36. Nada mais havendo a tratar, eu, Conselheira Secretária Deise Maria do Nascimento, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

- Flávia Lemos*
Deise Maria do Nascimento
1. Clara Goldman Ribemboim *Clara Goldman*
 2. Monalisa Nascimento dos Santos Barros *Monalisa*
 3. Deise Maria do Nascimento *Deise Maria do Nascimento*
 4. Heloiza H. M. Almeida Massanaro *Heloiza*
 5. Henrique J. Leal Ferreira Rodrigues *Henrique*
 6. Ana Luiza de Souza Castro *Ana Luiza*

7. Maria Ermínia Ciliberti Maria Ermínia Ciliberti
8. Marilda Castejar Marilda
9. Roseli Goffman Roseli Goffman
10. Flávia Cristina Silveira Lemos Flávia
11. Sandra Maria Francisco de Amorim Sandra Maria Francisco de Amorim

ATA DA 20ª REUNIÃO PLENÁRIA DO XV PLENÁRIO DO CFP

Data: 17 de março de 2012 – Sábado.

Duração: das 10h às 18h10

1. Minuta da Resolução para inscrição de Comunidade terapêutica como Pessoa Jurídica.
2. Avaliação de Cursos.
3. Prêmio Monográfico dos 50 Anos da Psicologia no Brasil.
4. Segurança Pública.
5. Medicalização da Educação e da sociedade.
6. Credenciamento e Recredenciamento de Cursos de Especialização.
7. Ato Médico.

DIRETORIA:

1. Humberto Cota Verona - Presidente
2. Clara Goldman – Vice-presidenta
3. Monalisa Barros – Tesoureira
4. Deise Nascimento – Secretária

CONSELHEIROS (AS):

5. Aluizio Lopes de Brito
6. Ângela Maria P. Caniato
7. Flávia Cristina S.Lemos
8. Heloiza Helena M. A. Massanaro
9. Maria Ermínia Ciliberti
10. Marilda Castelar
11. Anã Luiza de Souza Castro
12. Ana Paula Porto Noronha
13. Cynthia R. C. Araújo Ciarallo
14. Sandra Maria F. Amorim
15. Henrique J. Leal Ferreira Rodrigues
16. Roseli Goffman
17. Marijene Proença R. de Souza
18. Tânia Suely A. Brasileiro
19. Márcia Mansur Saadallah

AUSENTES:

20. Celso Francisco Tondin
21. Adriana Eiko Matsumoto

O presidente Humberto Verona saudou a todos e abriu a reunião às 10h.

MINUTA DA RESOLUÇÃO PARA INSCRIÇÃO DE COMUNIDADE TERAPÊUTICA COMO PESSOA JURÍDICA. O presidente Humberto Verona informou que a minuta da resolução para inscrição de comunidade terapêutica como pessoa jurídica (PJ) foi elaborada pelo CRP 04 e enviada ao CFP para que este plenário pudesse opinar sobre ela. O objetivo é que essa minuta seja apreciada na APAF de maio de 2012. Disse que a proposta do CRP 04 é criar uma normatização do Sistema Conselhos para as inscrições de pessoas jurídicas nas comunidades terapêuticas, pois os critérios gerais hoje existentes não oferecem orientação suficiente para um conselho regional impedir ou autorizar uma comunidade terapêutica de ser reconhecida como pessoa jurídica. Por isso, várias autorizações já foram concedidas e assim criadas muitas contradições entre as ações políticas do Sistema Conselhos com outros atores sociais a respeito desse tema. O presidente leu a minuta da resolução, em anexo.

A conselheira Ana Luiza Castro considerou a resolução uma alternativa interessante, porém é necessário entendê-la melhor.

A conselheira Maria Ermínia sugeriu discutir inicialmente o mérito da resolução, sendo essa sugestão acatada. Comentou que avaliou a proposta da minuta e que ela não resolve todos os problemas, mas poderá regulamentar a situação, pois o número de psicólogos responsáveis técnicos nas comunidades terapêuticas está aumentando, e os CRPs não podem negar abertura de PJs. Disse que é preciso uma discussão aprofundada e um bom entendimento sobre a importância do mérito dessa resolução, julgando que essa questão deve chegar muito afinada à APAF. Se o plenário julgar necessário, sugeriu retomar essa discussão na plenária de abril.

Humberto Verona reforçou que o CFP concorda com a necessidade de uma regulamentação para essa questão e recomendou aos conselheiros uma análise atenciosa da minuta da resolução, verificando se há pontos importantes a serem incluídos no texto. Sugeriu pautar essa discussão para a plenária de abril, dentro do ponto da APAF, na qual os conselheiros deverão apresentar críticas e contribuições. Solicitou que a minuta da resolução fosse enviada por e-mail, aos conselheiros.

A conselheira Maria Ermínia destacou o trecho da resolução que diz sobre o livro ata, verificando a necessidade de um instrumento de registro mais atualizado.

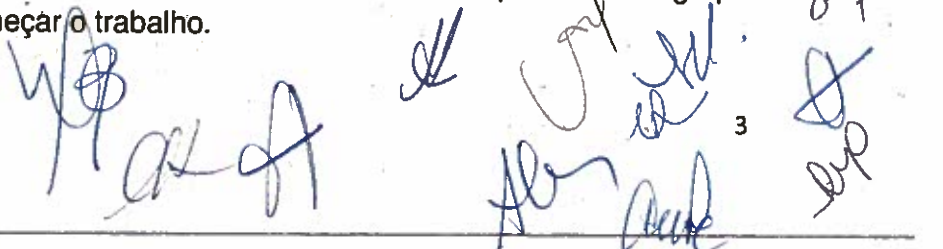
A conselheira Ângela Caniato atentou para a necessidade de uma revisão da redação, a fim de evitar qualquer contradição que possa conter na resolução em relação à filosofia do Sistema Conselhos sobre a questão das intenações.

O ponto foi finalizado com os seguintes encaminhamentos:

- Os Conselheiros irão avaliar a minuta e será pautado para a plenária de abril, dentro do ponto da APAF.
- Observar onde está "livro Ata", e propor outras formas de registro.
- Revisão geral de conteúdo.
- Encaminhar por email a minuta, a todos os Conselheiros.

AVALIAÇÃO DE CURSOS. A conselheira Monalisa Barros informou que esteve no MEC, juntamente com Ângela Soligo (ABEP) e conversaram com as pessoas responsáveis pela questão da avaliação de cursos. Disse que é preciso enviar na segunda feira, dia 19 de março de 2012, a retificação do nome no termo de colaboração. Avisou que deve ser um conselheiro eleito e Consultou o conselheiro Aluizio Brito se o nome dele poderá ser mantido. Disse também que é necessário que o grupo construa os critérios de avaliação, ressaltando que não são os critérios acadêmicos e nem aqueles utilizados pelo MEC, mas sim critérios de competência que o CFP considera necessário para um curso de psicologia. Ressaltou que após a entrada dos processos para avaliação, o conselho tem 60 dias para responder, se não responder, a avaliação é feita sem participação do conselho. Comentou que, apesar da lei, os cursos têm sido avaliados sem a participação do CFP, uma vez que este conselho ainda não havia se estruturado para tal tarefa. Então, é preciso encaminhar, com urgência, um nome ao MEC, e formar um grupo de *ad hoc* juntamente com ABEP, já que o trabalho de avaliação é muito extenso.

O conselheiro Aluizio Brito esclareceu que o grupo de avaliação de cursos é formado pelas conselheiras Marilene Proença, Tânia Brasileiro e por ele próprio. Disse que o grupo, em parceria com a ABEP, já pensou em uma oficina para a criação desses critérios, mas ainda não a realizou porque se verificou a necessidade de um treinamento mínimo na plataforma do MEC. Informou que na gestão passada, já foi convidado um grupo para consultores *ad hocs*, formado por pessoas indicadas por todos os CRPs, tendo representantes de cada região geográfica. Disse que as indicações foram pedidas aos CRPs, via CFP com referendo da ABEP e todos os indicados foram consultados, sendo necessário, então, apenas renovar o convite. Antes da oficina, o conselheiro julgou interessante fazer uma reunião ampliada entre o grupo de consultores do CFP, ABEP e MEC. A ideia é capacitar esse grupo e, somente depois, começar o trabalho.



A conselheira Marilene Proença relatou que o tratamento das questões da avaliação psicológica teve início na gestão passada, após uma reunião entre presidentes na APAF de maio de 2010, na qual se criou uma comissão formada por alguns presidentes de conselhos regionais, junto com CFP, tendo a tarefa de avaliar os diplomas de bacharelados e os credenciamentos de cursos. Já o termo de colaboração, foi uma questão que se desenvolveu mais internamente ao CFP. Explicou que as solicitações das indicações para formação do grupo *ad hocs* foram feitas também naquela gestão do CFP, não fruto da comissão formada por ela, Aluizio e Tânia, mas as respostas já foram dadas pelos plenários atuais dos conselhos regionais. Disse que um dos critérios para a indicação é de que a pessoa tenha registro profissional, porém verificou-se que vários indicados não possuem registros e alguns nem são psicólogos, havendo então a necessidade de uma revisão dessa lista. A conselheira leu o ofício de solicitação, datado de outubro de 2010.

A conselheira Monalisa Barros salientou que essa é uma comissão do CFP e os CRPs não podem ter ingerência sobre o funcionamento dela. Considerou obrigatório que o integrante seja psicólogo e portador de registro profissional no conselho regional.

Foi solicitado pelo presidente Humberto Verona um resgate da memória desse processo. Reforçou que outubro de 2010 os CRPs já tinham nova gestão, mas o CFP ainda era gestão passada.

O conselheiro Aluizio Brito informou que o convênio só foi celebrado no dia 14 de abril de 2011.

Humberto Verona disse que, segundo informações do MEC, o CFP já está em condições de operacionalizar o processo, sendo necessário nomear um conselheiro para ser cadastrado no sistema do MEC e iniciar todo o processo de avaliação. Informou que o prazo para enviar o parecer avaliado é de 60 dias, a partir do envio do processo pelo MEC. Caso não seja feito dentro desse prazo estipulado, o parecer fica sem a avaliação do CFP. Disse que a diretoria analisou os critérios eleitos naquela época e considerou que compete ao CFP fazer uma análise a partir da perspectiva do exercício profissional. Propôs, então, a inclusão do critério de serem psicólogos reconhecidos do exercício profissional para compor a comissão de avaliação e não professores, mestres e doutores, como foi definido anteriormente. Disse que o MEC não exige titulação acadêmica para fazer a avaliação.

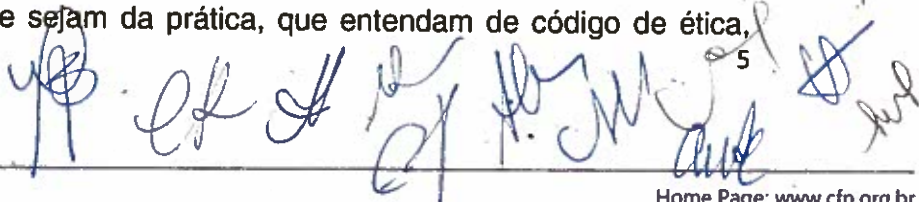
A conselheira Maria Ermínia ponderou que existe muita pressão em relação à avaliação dos cursos e dentro da área da saúde somente a medicina, odontologia e psicologia têm essa avaliação. Disse que há categorias que querem muito essa avaliação, que a enfermagem tem feito pressão junto aos ministros para obtê-la e que existe uma corrente de força que quer tirar a

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like UF, ER, and others, with a small number '4' written near the bottom right.

psicologia, já que esta não se manifesta e colocar a enfermagem. Ressaltou que é preciso lutar para não perder o que foi conquistado e ter critérios firmes de justificativas que não fiquem a mercê de universidades. Considerou necessário colocar publicamente e junto ao CNS a posição do CFP de defender que a educação é tão importante para o país que precisa ser regulada pelo Estado. Seja para todos os cursos, a demanda e o interesse social são as forças maiores que devem dizer se um curso deve existir ou não. Ressaltou que é preciso garantir um processo de agilidade, porém não é necessária uma grande comissão e que os CRPs devem validar os critérios com o CFP a fim de poder entendê-los. Sugeriu buscar pessoas *ad hocs* para essa comissão e definir as metas de um psicólogo para cada área de atuação.

A conselheira Marilda Castelar disse que são poucos os cursos que tem abertura no MEC, e que a psicologia não está representada no Conselho Nacional de Educação. Considerou que essa é uma possibilidade de o CFP ter, no futuro, uma influência maior nesse campo. Concordou com o novo critério sugerido pela diretoria, o que implicará retomar para os CRPs a lista e novos pedidos de indicações. Considerou necessário ter uma lista ampla, sugerindo, de alguma maneira, incluir a comissão de *ad hocs* de formação na capacitação, definir bem a tarefa de cada um e não trabalhar de forma separada, sendo importante estar todos juntos e entender bem o processo. Em sua opinião, quanto mais pessoas capacitadas e inteiradas nesse processo melhor será. Considerou fundamental que o CREPOP forneça indicações de pessoas de referência na prática profissional, a fim de criar uma comissão com pessoas já qualificadas e já com material de referência da prática que possa reverter na formulação desses critérios.

A conselheira Monalisa Barros falou sobre a redistribuição de diretoria dentro do MEC e explicou o que é a avaliação. Disse que o decreto lei 5773/2006 fala de dois tipos de avaliação. Uma em que o CNS tem o poder deliberativo para os cursos de direito, medicina, odontologia e psicologia. Outro diz que todas as profissões regulamentadas têm o direito de opinar no processo. Então a participação dentro do prazo de sessenta dias, é para o MEC e liberado para todas as profissões regulamentadas, mas além dessa a psicologia e as outras 3 profissões citadas têm a prerrogativa de encaminhar as avaliações para dois lugares: E-MEC e CNS. Dessas quatro profissões apenas a psicologia não está cumprindo o acordo, o que pode parecer um descaso e com isso levado a enfermagem a lutar para ocupar o lugar da psicologia. Considerou importante agilidade por parte do CFP nesse processo. Falou que a formação dessa comissão é semelhante a da SATEPSI, que é uma comissão externa e que pelo volume de trabalho não pode ser de conselheiros, embora seja necessária a participação deles na construção dos critérios, os quais deverão ser referendados na APAF junto aos CRPs. Disse que a comissão precisa de pessoas que sejam da prática, que entendam de código de ética,



código de processamento disciplinar, das resoluções do CFP e não das coordenações de cursos. A conselheira falou sobre um seminário de avaliações de cursos dos conselhos profissionais regulamentados, que aconteceu na plenária do CFP, nos dias 1 e 2 de setembro do ano passado, no qual contava com a participação de todas as profissões, menos da psicologia, que nem ao menos tinha conhecimento. Explicou que veio à Brasília por outro motivo e por acaso soube desse encontro em tempo de participar. A partir de então, começou uma mobilização junto a COTEC para essa questão. A conselheira relatou que nesse seminário todos os conselhos presentes apresentaram os critérios que cada um construiu, como está sendo feito a base de dados, se o resultado está sendo disponibilizados de forma online ou não e o que estão fazendo. A psicologia, como não estava preparada, não fez nenhuma apresentação. Falou que é necessário discutir sobre uma representação regular no FCPAS e enviar o nome para a Renata, diretoria do MEC, que cuida do assunto e para o CNS.

A conselheira Maria Ermínia ponderou que os critérios que irão para o MEC são os mesmos que serão defendidos no CNS, os quais a saúde optou por ser apenas sugestivo e não conclusivo, entendendo que esse poder é do MEC. A ideia é colaborar com o MEC na avaliação desses cursos.

A conselheira Ângela Caniato considerou que para entrar numa situação dessas, é preciso ter claro qual a função do CFP, qual o objeto último ao qual remeter, quais as possibilidades e limites do CFP para interferir na formação do psicólogo e em qual direção. Disse que o GT Formação está construindo uma linha de intervenção para o conselho na questão da formação do psicólogo, entendendo que essa intervenção é efetivamente em relação às questões éticas e políticas e fora disso, é domínio do MEC. Informou que, dia 23 de março, o GT concluirá um documento gestor sobre o tema que deverá ser levado para APAF, depois para os CRPs, ser apresentado no VIII CNP com o intuito de chegar as Universidades.

A conselheira Monalisa leu o artigo 28, parágrafo 2º, do decreto lei 5773/2006 que trata da criação dos cursos de graduação de direito, medicina, odontologia e psicologia. Reforçou a questão de que o CFP tem a prerrogativa de participar das avaliações, mas nunca cumpriu esse papel e os cursos de psicologia estão sendo abertos apenas com a opinião do MEC.

A conselheira Sandra Amorim comentou sobre a necessidade de estabelecer critérios para os profissionais que comporão a comissão e critérios que deverão ser considerados para os cursos.

A conselheira Maria Ermínia esclareceu que, todo mês, são encaminhadas ao CFP as avaliações de todos os cursos e depois a COTEC as encaminhara a ABEP. Informou que as avaliações no CNS são feitas pela

Comissão de Recursos Humanos e que a COTEC tem um arquivo com as avaliações dos cursos.

A conselheira Tânia Brasileiro expressou sua indignação a respeito da falta de ciência do CFP em relação ao seminário acontecido em setembro na sede do CFP. Reforçou a questão da importância da integração na área da formação e educação da psicologia efetivamente, pois, caso contrário, o trabalho fica fragmentado, o que impede o encontro de uma direção a ser seguida. Disse ainda que é necessário conhecer as pessoas que representam o CFP nos vários conselhos e espaços da sociedade, bem como, é preciso pensar em reorganizar a rotina e melhorar o processo de comunicação interna deste plenário. Reafirmou que a área da formação precisa ser integrada com a questão da avaliação de cursos e da especialização.

A conselheira Marilene Proença reafirmou as informações passadas pela Conselheira Angela acerca da oficina na sede do CFP sobre formação, cujo objetivo é a construção de um documento em que o CFP apresentará suas principais diretrizes e questões referentes ao que considera ser formação profissional em psicologia, os limites, as possibilidades, o lugar que deve ocupar enquanto conselho federal no interior dessa formação. Considerou que esse encaminhamento poderá ajudar no processo de avaliação de cursos, pois ele já é um primeiro passo para que os critérios venham a ser em outro momento mais detalhado. Nesse documento serão apresentados também os princípios que pautarão a formação profissional, os critérios dentro de uma dimensão ética política da atuação do profissional nos diversos campos e políticas públicas, sendo este inclusive o tema proposto para o congresso do próximo ano. Considerou que essas diretrizes precisam estar bem articuladas internamente a todos esses princípios e que o documento deixa claro o papel do CFP junto ao MEC. Explicou que o papel deste conselho é uma manifestação técnica acerca das condições objetivas de ofertas dos cursos, a partir das análises dos projetos pedagógicos informados pelas respectivas IES. Esse relatório técnico poderá servir de subsídio para a decisão do MEC de autorização, reconhecimento e renovação do reconhecimento dos cursos juntamente com outras esferas de avaliação: análise dos documentos, relatórios de avaliação elaborados pelo INEP, visitas *in loco* dos especialistas e observância, quanto aos indicadores de qualidade da educação superior. Ressaltou que o CFP é parte de um processo de avaliação, cujo papel é consultivo e não deliberativo. Considerou importante que o lugar que o CFP ocupará esteja bem esclarecido para os conselheiros e que o decreto lei pudesse ser socializado para todo o plenário. Com relação à escolha de avaliadores, a conselheira disse que estes serão a expressão do CFP e, por isso, devem ser pessoas idôneas, que representem a profissão no processo ético e político; é um processo de extrema responsabilidade. Ressaltou que está sendo formado um psicólogo generalista, que poderá atuar nas diversas

possibilidades da prática profissional e não se pode desatrelar a formação e prática profissional de teorias dos conhecimentos que embasam essa prática. Sem o conhecimento não há atuação profissional; a atuação profissional precisa se dar à luz da construção do conhecimento científico também. Chamou atenção a estas questões que parecem bastante delicadas. A conselheira apresentou um relatório do Conselho Federal de Enfermagem, referente ao ano de 2011, no qual fala dos critérios aplicados por ele, tendo um capítulo que contempla o ensino à distância.

Humberto Verona propôs ao plenário cuidar desse assunto, saber qual é o papel ético e a responsabilidade do CFP, ter clareza, entender o processo e elaborar um documento expondo a posição do CFP a respeito da formação do psicólogo. Informou que, no planejamento estratégico, esse tema foi discutido e foram definidas ações e diretrizes para avaliação de cursos, mas somente neste momento está sendo possível juntar todas as informações e enxergar o conjunto. Disse que as pessoas que estão participando da avaliação de cursos também deverão estar presentes na oficina do dia 23 de março, pois fazem parte do mesmo processo e deverão construir juntos o documento, mostrando o ponto de vista do CFP a respeito da formação do psicólogo na perspectiva ética e polítizado exercício profissional e como isso influenciará os critérios de avaliação de cursos. Julgou que este é um assunto que precisa ser mais debatido a fim de obter uma compreensão bastante clara, pois é uma responsabilidade que o CFP está assumindo. Disse que é preciso discutir a perspectiva da formação, os critérios para avaliação, buscar todos os lugares nos quais o CFP está nomeado por lei, por direito ou por mérito, e cumprir o papel da forma como precisa ser feito.

O conselheiro Aluizio Brito esclareceu que o grupo de trabalho de bacharelado que ficou com a tarefa de trabalhar essa temática apresentou essa proposta na APAF de maio de 2010, naquela oportunidade foi definido que o CFP realizaria colaboração com o MEC, e que a ABEP foi indicada para contribuir com a organização dessa tarefa. Disse que a lista não está fechada e deve ser refeita a luz dos critérios. Apontou algumas questões de ordem prática: as pessoas do grupo (Aluizio, Tânia e Marilene) devem participar da reunião do dia 23 de março; é necessário definir os conselheiros e membros da ABEP que participarão da reunião com o MEC, na qual serão apresentados os instrumentos e a plataforma com que ele trabalha e problematizar algumas questões. Também é preciso definir quem participará da oficina para elaboração dos critérios. Disse que a oficina não é deliberativa, é propositiva e que, necessariamente, os critérios devem ser apreciados por este plenário.

A conselheira Maria Ermínia ressaltou que a interferência dos conselhos federais na abertura de cursos é uma luta histórica; há vários anos existe uma luta para democratizar a abertura de cursos no Brasil. Pediu um posicionamento

do plenário e apoio para defender cada vez mais dentro do CNS a democratização de aberturas de cursos neste país e para que o CNS possa ampliar a avaliação de cursos para todas as áreas da saúde e de rotina. Pediu uma posição clara deste plenário, se há concordância com a questão de que a avaliação de cursos deve ser feita, levando em consideração o ponto de visto do usuário do sistema de saúde e não somente de mestres e doutores. Julgou que não deve haver abismo entre a área da formação e a área da saúde, reforçou a posição de que a ABEP deve ser fortalecida e ter uma inserção maior no CNS.

A conselheira Heloiza Massanaro falou que havia justificado sua ausência no evento em setembro no CFP e explicou o porquê de tal reunião ter acontecido na sede do CFP. Expôs que a representação é uma questão delicada e propôs que, assim que chegar a pauta, se faça um resgate da história dos pontos a serem discutidos e, para isso, considerou fundamental o apoio da COTEC.

A conselheira Marilda Castelar ponderou que o CFP está avançando e dando a devida importância ao tema e sugeriu que ele seja incluído na pauta de prioridade. Considerou que é uma entrada importante no MEC, a qual o CFP não tem até o momento. Apesar de ser uma questão burocrática, julgou que este é um momento de construção coletiva para as questões da área da formação e dos usuários.

A conselheira Marilene Proença considerou importante que este plenário pense na questão da formação de maneira que as oficinas possam se articular, lembrando que além da oficina do dia 23 de março, há outra prevista, ainda sem data, para tratar especificamente da questão da formação.

A conselheira Ângela Caniato reforçou que, para entrar na burocracia e fazer política, é necessário saber do que se fala e entender o objeto central da discussão, no caso a formação. Falou sobre a importância da ABEP nesse processo e considerou ampliar o vínculo com a ANPEPP, ter critérios políticos, administrativos em comum, mas individualizar no nível da formação e da avaliação, pois há especificidades muito diferentes entre os vários cursos. Entendeu que os objetivos do GT Formação estão sendo mudados e questionou os caminhos dele, bem como se as ações do GT deverão integrar as ações do CNS.

Humberto Verona expôs a posição de que o CFP está assumindo sua participação no processo de avaliação de cursos, que discutirá o assunto integrado à discussão da formação de psicólogos, avaliando que não são temas separados. Explicou que a ABEP é a entidade brasileira que cuida da formação em todos os sentidos e salientou a importância da existência dessa

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

entidade. Deixou claro que o objetivo não é ocupar o lugar da ABEP, mas colaborar qualitativamente no debate da formação.

A conselheira Maria Ermínia indicou, para a comissão *ad hoc*, Cássio, conselheiro do CRP 06, e Nelson Figueiras, colaborador da área da saúde.

A conselheira Marilene Proença lembrou uma discussão feita no planejamento estratégico de que esta é uma questão delicada e de que a discussão sobre os critérios deveria ser feita internamente no CFP, em um primeiro momento, verificando os critérios utilizados pelos outros conselhos profissionais.

O presidente Humberto Verona considerou que a organização da oficina compete aos conselheiros, sugerindo que ela fosse feita previamente por e-mail e telefone e no encontro presencial abordar o mérito e traçar diretrizes dos critérios de avaliação; momento em que é necessária a participação e contribuição de outras pessoas.

Já a conselheira Marilene Proença, visando à qualidade do trabalho, defendeu um encontro presencial nesse primeiro momento. Sugeriu marcar uma reunião com os conselheiros da Formação, no dia 14 de abril, após a plenária do CFP, para tratar do assunto, e depois o grupo deverá discutir e encontrar uma data para a reunião ampliada.

O plenário acatou a proposta, apresentou indicações de nomes para compor a *comissão ad hoc* que trabalhará na construção dos critérios e decidiu pelo nome do conselheiro Aluizio Brito para ser enviado ao MEC. Após todo o debate acordou-se os seguintes encaminhamentos:

- O Grupo que participará da Oficina de Formação, na próxima sexta-feira, dia 23 de março, integrará o grupo de avaliação de cursos.
- Conselheiros de formação e de avaliação de cursos farão reunião presencial no sábado, 14 de abril, após a plenária, para organizar o assunto antes da reunião ampliada.
- Criar critérios do CFP para avaliação dos cursos por meio de um encontro ampliado com conselheiros do grupo de formação, conselheiros do grupo de avaliação de cursos, dois ou três membros da ABEP, as conselheiras Marilda Castelar, Monalisa Barros e Flávia Lemos, bem como a Renata do MEC ou quem ela indicar (ela deve participar apenas do primeiro momento da reunião).
- Pessoas que poderão contribuir no processo: Iolete, Jader Leite (UFRN), Sebastião Benício (GO), Nazaré Zenaide (PB), conselheiro Cássio do CRP-06 e o colaborador da Saúde, Nelson Figueiras.
- Os critérios serão apresentados na plenária de maio.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Aluizio', 'Cássio', 'Nelson', and 'Marilene'. A circled '10' is also present.

- O grupo de conselheiros (avaliação de cursos e formação) deverá verificar também os critérios para a seleção dos avaliadores.
- Mandar o nome do conselheiro responsável com urgência ao MEC (na próxima segunda): Aluizio Brito.

Foi apresentado um vídeo sobre *gentrificação* no bairro da Luz em São Paulo.

Após o almoço, o presidente Humberto Verona iniciou a plenária colocando em aprovação o cartaz do CREPOP para a pesquisa sobre a Atuação do Psicólogo na Política Nacional para População em Situação de Rua.

O cartaz não foi aprovado, sendo necessário fazer novas propostas. O plenário apresentou sugestões de não reforçar a ideia de invisibilidade, mostrar as pessoas em uma relação de afeto e mostrar as pessoas em relação no contexto de rua, não pelo elemento que as estigmatizam, mas pelos elementos que as fazem pessoas na vida cotidiana; colocar o foco nas pessoas e a rua apenas como um detalhe.

PRÊMIO MONOGRÁFICO DOS 50 ANOS DA PSICOLOGIA NO BRASIL. A conselheira Tânia Brasileiro relatou que houve uma reunião com as conselheiras Monalisa Barros, Marilene Proença e a própria para tratar sobre o prêmio monográfico, decidindo que o homenageado será César Ades. Disse que a proposta é que o prêmio seja lançado e divulgado na ULAPSI e que as inscrições sejam abertas em junho. Apresentou a programação, em anexo, explicou que a comissão julgadora proposta foi formada por um representante de cada região do país, faltando apenas o Centro-oeste. Pediu indicação para um representante desta região. Disse que há também a proposta de um debate online no dia da entrega do prêmio.

A conselheira Monalisa Barros explicou que as pessoas indicadas para a comissão julgadora (Ana Bock, Peter Spink, Iolete Ribeiro e Marcus Vinícius) participaram do evento da agenda para o futuro da psicologia; evento conduzido pelo César Ades, em novembro de 2011. Falou que há três temas e, diferentemente do prêmio profissional, o prêmio monográfico é destinado a estudantes e psicólogos, sendo o total de seis prêmios; três para cada categoria na modalidade individual profissional e estudantes.

Humberto Verona sugeriu contemplar mais a diversidade e buscar outros atores que participaram da agenda estratégica para o futuro da psicologia a fim de dar maior visibilidade ao prêmio. Propôs incluir Sônia Gondin e Jairo Borges na comissão julgadora. Comentou sobre os três temas propostos

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like WFB, AK, Alex, and others.]

A conselheira Tânia Brasileiro disse que a arte para o prêmio já foi pensada e será apresentada posteriormente.

Após apresentação, o plenário aprovou a criação do prêmio monográfico César Ades e acordou os seguintes encaminhamentos:

- Levar divulgação do prêmio para o Congresso da Ulapsi.
- Elaborar matéria nesta semana divulgando o prêmio.
- O prêmio terá apenas as categorias de psicólogo e estudante, somente na modalidade individual (total de 6 prêmios).
- Rever os nomes para a Comissão Julgadora.

SEGURANÇA PÚBLICA. A conselheira Cynthia Ciarallo apresentou o ponto, informando sobre a transferência de titularidade da representação do CFP no Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP). Considerando a impossibilidade de a conselheira continuar como titular, relatou que após consultar alguns conselheiros, indicou o nome de Pedro Paulo Bicalho, já o consultou e ele aceitou assumir tal função, ficando a conselheira como suplente. Situou o plenário sobre a situação do CONASP. Disse que o ministro apresentou a política de segurança pública, no CONASP, e que o CFP, em algum momento, terá que fazer essa discussão. Em sua avaliação essa é uma política muito repressora, na qual se fala do Plano Nacional de Fronteiras, em criar novas vagas nas penitenciárias, do plano de enfrentamento ao crack. Disse que o governo está investindo no SINESP, que é um sistema de informação e de registro, além de um plano de segurança para grande eventos, como a Rio+20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável), copa, olimpíadas e está com um plano nacional de enfrentamento a violência, o qual também tem um foco repressor. Segundo a conselheira, o ministro falou que o PRONASCI está passando por uma reestruturação, mas não apresentou um discurso que tratasse da promoção da segurança e de instrumentos preventivos, mostrou que o governo está adotando uma linha repressora.

Com relação ao plano de enfrentamento ao crack, a conselheira informou que foi feita uma solicitação de apresentar ao CONASP a política do CFP, no que tange a questão deste plano e tal solicitação foi negada. Porém na última plenária do CONASP, na qual o governo apresentou o plano, o CFP distribuiu um kit contra tal plano, e a conselheira pediu uma fala. Disse que houve um tensionamento e um esforço de cercear sua fala, mas que ela conseguiu pontuar a questão das comunidades terapêuticas, das comunidades de rua e da estatística-desatualizada dos usuários de crack. Considerou que foi uma conversa interessante, pois gerou uma provocação e com isso foi marcada, para o dia 18 de abril, uma audiência pública no Ministério da Justiça para discutir o plano crack. A expectativa é que o CONASP tenha um

posicionamento a respeito desse plano. Informou que já marcou uma telereunião com os segmentos da sociedade civil com o objetivo de definir a mesa para essa audiência. Disse que são duas mesas; uma pela manhã e outra à tarde. Avaliou que as populações de rua e a Frente Nacional precisam estar contempladas em alguma dessas mesas e levantou a hipótese de convidar alguém que pudesse dar um esclarecimento técnico.

A conselheira Cynthia informou, ainda, que a Secretaria nacional de Segurança Pública convidou o CFP para uma reunião sobre um projeto de valorização profissional em segurança pública. Explicou que este é um projeto do MJ que cuida da saúde do policial e, entre os dias 11 a 13 de abril, haverá uma reunião técnica para discutir, consolidar e validar um protocolo nacional de intervenção após incidentes críticos e ocorrências de risco, visando à prevenção do stress pós-traumático com operadores de segurança pública. Disse que é necessária a indicação de um nome para participar dessa reunião e considerou interessante a participação de um especialista que entenda desses protocolos de avaliação, mas que também possa apresentar a política do CFP. Saliu que é importante a participação do CFP nesse evento, mas com uma representação qualificada.

Relatou que foi feita a primeira reunião telefônica do grupo da segurança pública do CFP, na qual foi apresentado todo esse panorama e o próximo passo, além dessas demandas, é marcar uma telereunião com os conselhos regionais a fim de conhecer a situação da segurança pública em cada um deles.

A conselheira Clara Goldman parabenizou a conselheira Cynthia pelos avanços na política de articulação dentro do CONASP, considerando essa audiência pública um fato histórico. Opinou no sentido de que o CFP deve empreender um esforço para exercer certa hegemonia sobre essa audiência do ponto de vista da indicação de pessoas, uma vez que ela foi gestada a partir de questionamentos do CFP a respeito do Plano Crack. Com isso, ressaltou que o CFP tem o compromisso de tornar essa audiência pública um instrumento de esclarecimento, que possa oferecer alternativas e assumir uma função mais avançada. Sugeriu a participação da conselheira Heloiza Massanaro na audiência pública e a utilização do vídeo sobre a epidemia de crack. Em relação ao instrumento do protocolo considerou interessante levar para a discussão a questão da saúde do trabalhador e o adoecimento institucional, bem como o que a psicologia pode oferecer neste campo. Falou em verificar os instrumentos utilizados para avaliação do potencial de permanência em rua, de enfrentamento aos vários tipos de violência, mas também levar a perspectiva do suporte, do acompanhamento permanente e não apenas pós-traumático. Ponderou que essa é uma articulação para a promoção da saúde e que este plenário possa pensar em propostas. Cogitou a possibilidade de a Universidade

de Brasília ou outras universidades se envolverem em um projeto comum de sustentação ao profissional da segurança pública.

A conselheira Flávia Lemos também demonstrou satisfação com a participação da conselheira Cynthia no CONASP. Concordou com a indicação do Pedro Paulo e em dar enfoque à saúde do trabalhador da segurança pública. Apoiou também a indicação da conselheira Heloiza Massanaro para a audiência pública e sugeriu incluir, em uma das mesas, um enfoque multidisciplinar, debater as questões das cidades, da segurança e seguridade simultaneamente.

Humberto Verona considerou um avanço uma audiência vinda do campo da segurança pública. Ressaltou que é preciso fazer essa discussão em todos os espaços por onde o tema das drogas transita. Lembrou que, para o tema das drogas, o CFP possui um GT da APAF que fez um planejamento estratégico, tem a Frente Nacional, que este conselho ajudou a criar e que são outros atores da sociedade civil; há também a Comissão Nacional de Direitos Humanos, as discussões que o grupo da saúde vem fazendo, especialmente na saúde mental, a discussão da medicalização dentro da educação, da assistência social vem o debate da *gentrificação* e, ainda, as discussões sobre crianças e adolescentes dentro desse contexto. Considerou importante a participação da Comissão Nacional dos Direitos Humanos e de um representante do movimento social da população em situação de rua, sugerindo Anderson, líder desse movimento. Ponderou que a intervenção deve ser construída a partir de todas as discussões e ações desenvolvidas pelo CFP, sugerindo levar à audiência pública esses assuntos de forma integrada.

A conselheira Heloiza Massanaro ponderou que este é um tema que precisa de uma boa discussão. Falou sobre a sua indicação para representar o CFP na audiência e considerou uma situação bastante delicada, sendo necessária uma articulação entre as pessoas que estão desenvolvendo as ações a respeito do tema e avaliar suas condições para assumir essa tarefa. É um ponto importante que precisa de uma coordenação e de um acompanhamento mais frequente.

Em primeiro lugar, a conselheira Roseli Goffman saudou a conselheira Cynthia pela intervenção. Avaliou que, devido ao grande número de pautas que este conselho tem, muitas vezes fica difícil a organização e a interlocução entre as ações afins. Disse que, na segunda feira, 19 de março, estará juntamente com a conselheira Flávia Lemos com a equipe do Ministério da Justiça para o lançamento da Campanha Liberdade de Expressão. Relatou que o MJ convidou o CFP para defender a classificação indicativa, que trabalha em três instâncias: sexo, violência e drogas. Questionou sobre uma forma de abordar o trabalho que o CFP vem desenvolvendo em relação às questões das drogas e

da *gentrificação*, que também está relacionada ao crack nessa visita ao Ministério da Justiça. Falou na possibilidade de criar um dispositivo, não somente no protocolo de atendimento, mas no atendimento real.

Humberto Verona lembrou também das questões do trânsito, que tem relação com a temática de álcool e outras drogas, ressaltando que esse assunto aborda várias políticas.

A conselheira Ana Luiza Castro esclareceu que existem duas audiências que estão sendo tratadas simultaneamente. Uma é no Senado Federal, para tratar do relatório de inspeção, no dia 12 de abril, e a outra, do CONASP. Disse que é um tema transversal e um grande desafio trabalhá-lo. Para a audiência do Senado propôs a participação de Pedro Paulo (CNDH), Marcus Vinicius (Frente de Entidades sobre Drogas) e Carlini médico epidemiologista.

Humberto Verona explicou que a Frente de Entidades sobre Drogas precisa ser convidada. É necessário colocar na lista da coordenação da Frente que o CFP recebeu o convite e está indicando e referendando um nome para essa participação.

A conselheira Cynthia considerou importante conhecer e dominar bem o plano crack, mostrar a lacuna que existe nele e desqualificá-lo como uma ação e como uma política pública.

A conselheira Flávia Lemos falou na possibilidade de incluir um profissional da saúde coletiva, dando a ideia da redução de danos e a conselheira Roseli sugeriu uma pessoa da área do direito. Dessa área, Humberto Verona citou os nomes de Maria Lúcia Karam e Salo de Carvalho, informando ainda que a Frente possui profissionais desta área.

O presidente Humberto Verona consultou o plenário e o nome de Pedro Paulo foi aprovado por unanimidade para representar o CFP no CONASP.

Para o protocolo de avaliação do stress pós-traumático foi decidido consultar os nomes de Odair Furtado ou Andréia Garbim.

O ponto foi concluído com os seguintes encaminhamentos:

- O CFP será representado por Heloiza Massanaro na Audiência Pública, no dia 18/04, no Ministério da Justiça.
- As conselheiras Cynthia Ciarallo e Heloiza Massanaro deverão verificar com a CNDH, com a Frente Nacional de Entidades sobre Drogas, com o Anderson, representante do Movimento de População de Rua, com um psiquiatra, com alguém da saúde coletiva (para falar de Redução de Danos) e com alguém da área de Direito – Maria Lucia Karam ou Salo de Carvalho se poderão participar dessa audiência.

- Pedro Paulo será novo representante efetivo do CFP no CONASP e a Conselheira Cynthia a suplente.
- O CFP aceitará convite para discutir protocolo de avaliação sobre stress pós-traumático, em reunião técnica, de 11 a 13 de abril, sendo representado por Odair Furtado ou Andréa Garbim.
- Levar a discussão da saúde do trabalhador, verificar que instrumentos estão sendo utilizados para acompanhamento da saúde do trabalhador nas diversas situações, não apenas relacionados ao stress pós-traumático.

A conselheira Monalisa comunicou que está sendo encerrado o ano temático da Avaliação Psicológica e fez um reconhecimento e agradecimento a conselheira Ana Paula Noronha pela condução dos trabalhos, incluindo o debate online com 2500 pontos, sendo o recorde deste conselho. O plenário a parabenizou com uma salva de palmas.

Além de parabenizar, a conselheira Clara disse que durante muito tempo houve o ideal de fazer essa discussão da avaliação no campo dos direitos humanos e que a conselheira Ana Paula teve a competência necessária para que essa discussão fosse feita de forma produtiva e não ficasse polarizada. Ressaltou que a articulação do GT do ano temático foi bem sucedida e que Comissão Consultiva de Avaliação Psicológica, bem como as representações das entidades participará de todos os grupos temáticos. Disse que a ideia é a possibilidade de colocar em um debate público todas as orientações e todas as perspectivas sobre a lógica da ética.

O conselheiro Aluizio Brito também parabenizou a conselheira Ana Paula, lembrando que o tema do trânsito foi debatido dentro do ano temático da avaliação psicológica e que os aspectos relacionados ao porte de armas só não foram tratados por falta de data. Salientou que foi possível pautar, por meio da Comissão de Avaliação Psicológica, temas que estavam na periferia.

O trabalho da conselheira Ana Paula também teve o reconhecimento do presidente Humberto Verona.

MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA SOCIEDADE. A conselheira Marilene Proença iniciou o ponto dizendo que tem várias questões a serem tratadas, incluindo informes sobre o Fórum de Medicalização da Educação e da Sociedade. Disse que, neste ano, foram realizadas duas reuniões, e foi organizado um planejamento estratégico para o Fórum, pensando nas ações que precisam ser priorizadas no ano de 2012 no campo legislativo, no campo da ampliação do Fórum e articulação com os movimentos sociais e entidades, de ampliação dos núcleos do Fórum em outras regiões do Brasil, tentando pensar não somente na regionalização por meio dos núcleos, mas também no

processo de internacionalização, fato que vem acontecendo desde meados de 2011. Considerando que este é um ano eleitoral, ponderou ser um bom momento para provocar os candidatos a prefeitos e vereadores do estado de São Paulo a respeito da questão da medicalização. Informou que foi feito um levantamento da dispensação do metilfenidato no estado de São Paulo, por meio dos conselhos municipais de saúde, o qual apresentou dados chocantes. Disse que o aumento de 2008 para 2010 foi de 400% na compra do medicamento pelos municípios. Falou, ainda, sobre a existência de um Fórum na França formado por um grupo de profissionais ligados ao sindicato dos médicos daquele país, que atua na mesma linha do Fórum brasileiro. Informou também que foi realizado um evento conjunto na PUC/SP, no dia 03 de março deste ano. Dentro da proposta da internacionalização, a conselheira relatou que haverá uma mesa brasileira no Fórum de medicalização da Argentina dentro da ULAPSI, organizada pelo CRP de São Paulo juntamente com o Fórum, CFP e ABRAPÉE e que o Fórum foi convidado a fazer um evento em Buenos Aires sobre medicalização, que acontecerá dentro da bienal do livro em 1º de maio de 2012. Informou que haverá uma reunião entre os Fóruns do Brasil e da Argentina e que está havendo uma grande mobilização.

A conselheira Marilene disse que, além da questão da medicalização, há também o acompanhamento da discussão do DSM-V, a qual a imprensa tem dado destaque para o movimento internacional que está acontecendo contra o DSM-V. Informou que tal movimento chamado STOP DSM-V já conta com 11 mil assinaturas, que há o manifesto levantado pelo Allen Francis, que há várias pessoas se manifestando e que o tema está repercutindo no cenário internacional, principalmente nos Estados Unidos, onde essas drogas tem espaço de utilização e ministração. Citou vários artigos publicados em jornais sobre o assunto, comentou sobre uma pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que será feita com crianças de 7 a 11 anos sobre transtornos de ansiedade. Disse que a mídia brasileira está traduzindo artigos da mídia americana e francesa, promovendo, assim, o crescimento desse debate no país.

A conselheira informou ainda que foi feita a proposta da Campanha da Medicalização. Apresentou dois cartazes para avaliação e disse que foi pensado no planejamento estratégico em um material de apoio para os CRPs e que o cartaz pudesse oferecer algo importante para a discussão.

1ª proposta: "Não ao uso indiscriminado de remédios nas escolas".

2ª proposta: "Remédio não combina com Educação".

O plenário avaliou, comentou, sugeriu e acatou a sugestão da conselheira Roseli decolocar a palavra remédio, sempre que ela aparecer no texto, de forma tremida e melhorar as cores para dar melhor visibilidade.

A conselheira Monalisa relatou que assistiu, no Jornal Bom Dia Brasil, a uma psiquiatra falando sobre o excesso de medicação e que a ansiedade e o luto fazem parte da vida. Considerou uma fala interessante e sugeriu buscar essa profissional e convidá-la a colaborar com o CFP nessas questões.

Humberto Verona demonstrou preocupação em apresentar essa discussão para dentro do conjunto de debates do CFP. Disse que o CFP precisa trazer essa campanha como parte da discussão integrada e não como mais uma campanha. Ressaltou que é importante manter a chama acesa da discussão, é um eixo transversal, mas que este plenário tem o desafio de pensar como trazer efetivamente a discussão, incorporá-la e fortalecê-la em todos os pontos discutidos por este conselho. Sugeriu pautar esse tema como uma discussão política em uma próxima plenária (maio ou junho). É necessário criticar o DSM-V como instrumento que amplia a *patologização* e a medicalização, não como instrumento de diagnóstico. Considerando as questões do ato médico, disse que é preciso cuidado para não fazer um discurso contraditório.

A conselheira Clara Goldman considerou que a preocupação da conselheira Marilene Proença é no contexto da escola, salientou a urgência dessa discussão e de que o CFP sinalize uma posição. Disse que é preciso considerar a questão da medicalização no conjunto de outras discussões e pensar em um plano maior, no qual seja possível denunciar a medicalização como violadora de direitos humanos. Propôs fazer um documento escrito, um texto em quadrinhos, como gibi, falando da medicalização em um sentido mais amplo e fazendo link com as escolas. Falou também na possibilidade de pensar junto com a ASCOM em um plano estratégico para um projeto e uma campanha maior e ampliar a questão da medicalização para os outros campos da vida humana. Propôs, ainda, trabalhar a medicalização da vida e a dimensão subjetiva, mas com muita habilidade para não deslocar o tema da questão da droga, pois no conjunto a discussão da medicalização é uma crítica às drogas lícitas. Apresentou a ideia de trabalhar o tema em forma de série: a medicalização da infância na escola, da adolescência, da suposta depressão das mulheres, da menopausa e outros.

O conselheiro Aluizio Brito falou em fazer interface com o PL 118. Relatou que o PL está em andamento e em vias de ser aprovado, lembrando que ele visa a detectar TDAH em candidatos a CNH de motociclistas. Relatou que o PL foi encaminhado ao senado, o qual abrangeu também os condutores de qualquer veículo automotor e os portadores de qualquer patologia que possa reduzir a atenção necessária para a condução. Informou que a Comissão Consultiva de Avaliação Psicológica elaborou um parecer, conforme solicitação da plenária e que é necessário com urgência uma posição do CFP. Apresentou o parecer e sugeriu que o plenário apreciasse e o transformasse

em um ofício para ser enviado ao relator, senador Luiz Henrique. Se o senador não concordar com o arquivamento do projeto, o CFP deverá solicitar uma audiência pública para discutir o assunto.

A conselheira Tânia Brasileiro expôs a sugestão de que cada um dos conselheiros dentro da área que possui afinidade faça um exercício de pensar em proposições de integração.

A conselheira Marilene Proença enfatizou que não se pode deixar de considerar dentro das várias esferas a questão da educação infantil e desse processo que está acontecendo nas escolas, cuidando para que ela não se dilua dentro de um grande quadro e não receber o destaque que merece. Questionou como viabilizar essa questão, pois a ação da campanha havia ficado aos cuidados da própria conselheira e do conselheiro Celso Tondin, conforme determinação do planejamento estratégico. Porém ampliando o tema para medicalização da vida, será necessário eleger as áreas prioritárias que essa campanha contemplará e dar um foco a ela. Propôs-se a continuar nesse trabalho.

A conselheira Flávia Lemos considerou a aprovação do cartaz uma primeira iniciativa dessa transversalização. Propôs colocar o assunto como pauta permanente, articular a medicalização com *judicialização* e os direitos das crianças e adolescentes, articular o Fórum da medicalização com o Fórum DCA, levar a questão ao CONANDA e para todos os conselhos em que o CFP participa.

A conselheira Clara Goldman propôs encaminhar para todos os conselhos de direito uma nota com a posição do CFP acerca da medicalização da educação e considerou necessário ter uma audiência com Aloizio Mercadante para que o Ministério da Educação possa responder por que se compra tanto metilfenidato, e também fazer uma articulação com os juizes da infância e da adolescência. Sugeriu ainda compor um grupo de referência política, antes do lançamento da campanha, que participe da discussão com o objetivo de responder às demandas sociais. Disse que é preciso pensar em todas as possibilidades de ampliação e apresentou a ideia de levar o material à Rio+20, para a ULAPSI e para o Congresso em Portugal, propondo uma campanha ampla com psicólogos de países de língua portuguesa e da América latina. Falou em promover na ULAPSI um manifesto ou uma moção latino americano contra a medicalização da infância. No campo da comunicação, a conselheira falou na possibilidade de a conselheira Roseli Goffman buscar apoio no FNDC para a campanha, envolvendo as rádios comunitárias, produtores independentes e com a chancela da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO) fazendo com que a questão chegue à população. Considerou necessário ampliar o grupo de trabalho.



A conselheira Ana Luiza apoiou a ampliação do tema para medicalização da vida, considerando que dessa forma o CFP terá mais aliados.

Em relação à campanha, a conselheira Roseli Goffman concordou que ela pode ser mais abrangente, porém como forma inicial sugeriu colocar o foco na criança. Disse que é possível encontrar apoio do FNDC e que nas próximas semanas terá uma audiência com Nelson Breve, o novo presidente da TV EBC e que já está sendo veiculada uma campanha, na qual considerou a possibilidade de veicular um spot de 30 segundos da campanha de medicalização da infância no estilo da campanha álcool e outras drogas.

Humberto Verona concluiu que a proposta é que o CFP organize uma campanha contra a medicalização indiscriminada da sociedade e que essa campanha seja lançada a partir da medicalização indiscriminada na escola e em seguida abordar os outros lugares, nos quais a medicalização está acontecendo. Disse que é importante identificar todas as ações que serão incluídas no debate, como parte da estratégia inicial da campanha. Sugeriu colocar na introdução do manifesto que o CFP está chamando para um debate público sobre medicalização indiscriminada da sociedade, iniciando pela escola.

Após toda discussão, a conselheira Marilene Proença concluiu que foram apresentados três motes, sendo necessário definir um deles. São eles:

1. Medicalização indiscriminada da sociedade.
2. Medicalização da sociedade.
3. Medicalização da vida.

Os conselheiros debateram, apresentaram defesas e acordaram o mote: Medicalização da vida.

A conselheira Clara Goldman sugeriu lançar a campanha da medicalização não somente na escola, mas a medicalização na infância. Considerou interessante uma reunião telefônica com as pessoas que cuidarão da questão a fim de combinar uma proposta de mote e de cronologia para essa campanha, definindo os campos da vida a serem trabalhados e apresentar em outra plenária para aprovação.

O presidente reforçou que educação é o primeiro foco e falou da necessidade de formar um grupo para conduzir esse trabalho.

O grupo foi constituído pelas conselheiras Marilene Proença, Roseli Goffman, Clara Goldman, Marilda Castelar, Flávia Lemos, Heloiza Massanaro e pelo conselheiro Celso Tondin.

A Revista Psicologia Ciência e Profissão foi avaliada pelo novo Qualis e subiu de B1 para A2, informou a conselheira Marilene Proença.

O conselheiro Aluizio Brito também deu um informe: segundo Fabian Rueda, a proposta do CFP para a obrigatoriedade do título de especialista para todos os psicólogos a partir de 2015, passou pela Câmara temática e foi encaminhada ao DENATRAN para aprovação.

Nesse momento o presidente Humberto Verona precisou se retirar, em função do horário do voo e passou a condução dos trabalhos para a vice-presidenta Clara Goldman.

Ao final da discussão o plenário acordou os seguintes encaminhamentos:

- Aprovado o cartaz nº 1, com a proposta de rever a sugestão da conselheira Roseli, onde houver a palavra "remédio", colocar a palavra tremida.
- Verificar quem é a psiquiatra que apareceu no Bom Dia Brasil e convidá-la a ser colaboradora do CFP.
- Pautar para a plenária de abril ou junho a discussão política sobre a campanha contra a medicalização (incluindo as discussões do DSM V), ampliando o contexto para além da educação.
- Verificar com a Assessoria de Comunicação como fazer uma campanha mais ampla sobre a "medicalização da vida, da sociedade", abordando mulheres, adolescentes, crianças, anfetaminas, idoso, antidepressivos, metilfenidato, educação infantil e etc.
- Grupo de Conselheiros responsáveis: Marilene Proença, Roseli Goffman, Celso Tondin, Clara Goldman, Marilda Castelar, Flávia Lemos e Heloiza Massanaro.
- Iniciar a campanha pela medicalização indiscriminada na Escola. E posteriormente ir levando a todos os campos onde a medicalização tem atingido.
- Criar uma cronologia da campanha e trazer para a aprovação da plenária, começando pela educação.
- Levantar discussão da medicalização ao Fórum DCA, e outros ligados a políticas sociais.
- Encaminhar a todos os conselhos de direito, os materiais da campanha.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Roseli', 'Clara', 'Aluizio', 'Humberto', 'Fabian', 'Rueda', 'DCA', 'Fórum', 'políticas', 'sociais', 'materiais', 'campanha']

- Transformar o parecer da CCAP em ofício, para enviar ao relator do PL (CCJ – Senado) e, se necessário, solicitar realização de audiência pública. O conselheiro Aluizio será o responsável.
- Incluir esse tema na pauta da audiência com o Ministro da Educação Aloizio Mercadante.
- Produzir quadrinhos/gibis, sobre a medicalização.
- Levar o material da campanha para a Rio + 20 (Cúpula dos Povos), para a ULAPSI e também para o Congresso de Portugal.
- Fazer um manifesto latino americano contra a medicalização e promover na ULAPSI.
- A conselheira Roseli verificará junto ao FNDC, como poderiam apoiar nossa campanha, com rádios comunitárias, com a chancela da ABRAÇO.
- Mote da campanha: Medicalização da vida.

CRENCIAMENTO E RECRENCIAMENTO DE CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO. O conselheiro Aluizio apresentou o processo 008/2010. Trata-se de um recurso de credenciamento do curso de especialização em Gestalt Terapia com especialidade em psicologia clínica do Núcleo Formador Instituto de Psicologia Gestalt em Figura. Informou que a comissão deu parecer favorável após análise de recurso.

O parecer da comissão foi aprovado por unanimidade.

ATO MÉDICO. A conselheira Clara Goldman leu a minuta de texto para folder contra o ato médico. À medida que a leitura foi acontecendo, o plenário foi fazendo alterações e correções. O texto com correções, em anexo, foi aprovado por unanimidade.

A conselheira vice-presidenta Clara Goldman encerrou a reunião às 18h10. Nada mais havendo a tratar, eu, Conselheira Secretária Deise Maria do Nascimento, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

1. Humberto Cota Verona

2. Clara Goldman Ribemboim

3. Monalisa Nascimento dos Santos Barros

4. Deise Maria do Nascimento *Deise Maria do Nascimento*
5. Aluizio Lopes de Brito *Aluizio*
6. Heloiza H. M. Almeida Massanaro *Heloiza Massanaro*
7. Henrique J. Leal Ferreira Rodrigues *Henrique J. Leal Rodrigues*
8. Ana Luiza de Souza Castro *Ana Luiza*
9. Maria Ermínia Ciliberti *Maria Ermínia Ciliberti*
10. Marilda Castelar *Marilda*
11. Roseli Goffman *Roseli Goffman*
12. Flávia Cristina Silveira Lemos *Flávia*
13. Sandra Maria Francisco de Amorim *Sandra Maria Francisco de Amorim*
14. Marilene Proença Rebello de Souza *Marilene Proença Rebello de Souza*
15. Ângela Maria Caniato *Ângela Caniato*
16. Ana Paula Porto Noronha *Ana Paula Porto Noronha*
17. Tânia Suely Azevedo Brasileiro
18. Cynthia R. Corrêa Araújo Ciarallo *Cynthia R. Corrêa Araújo Ciarallo*
19. Márcia Mansur Saadallah *Márcia Mansur Saadallah*